

PROJETO PEDAGÓGICO

CURSO DE PEDAGOGIA - Modalidade a Distância

Dourados, MS

2020

- Reformulado pela Deliberação CE/CEPE N° 320, de 3/11/2020.
- Homologado, com alteração, pela Resolução CEPE-UEMS N° 2.211, de 4/12/2020.
- Corrigido pela CI SAN/PROE N° 9, de 23 de julho de 2021.

SUMÁRIO

1. CAPA.....	01
2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	03
2.1 Curso.....	03
2.2 Modalidade.....	03
2.3 Referência.....	03
2.4 Habilitação.....	03
2.5 Turno de Funcionamento.....	03
2.6 Local de ofertas.....	03
2.7 Número de vagas.....	03
2.8 Regime de oferta.....	03
2.9 Forma de organização.....	03
2.10 Período de integralização.....	03
2.11 Total de carga horária.....	03
2.12 Tipo de ingresso.....	03
3. COMISSÃO.....	03
4. INTRODUÇÃO.....	04
5. CONCEPÇÃO DO CURSO.....	05
6. RELAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO.....	23
7. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGAT. E NÃO OBRIGATÓRIO.....	25
8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	27
9. ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	27
10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E RESUMO GERAL DA MATRIZ CURRICULAR.....	29
11. TABELA DE EQUIVALÊNCIA.....	33
12. PLANO DE IMPLANTAÇÃO DO CURRÍCULO.....	35
13. EMENTÁRIO, OBJETIVOS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36
14. REFERÊNCIAS CONSULTADAS E CITADAS PARA ELABORAÇÃO DO PPCG.....	73

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.1 Curso: Pedagogia

2.2 Modalidade: Licenciatura

2.3 Referência: Reformulação do Projeto Pedagógico aprovado pela Deliberação CE-CEPE Nº 249, de 9 de julho de 2014 e homologado, sem alteração, pela Resolução CEPE Nº 1.474, de 24 de setembro de 2014.

2.4 Habilitação: Licenciado em Pedagogia

2.5 Turno de Funcionamento: integral

As atividades a distância serão disponibilizadas no início de cada disciplina, ficando a cargo dos alunos a organização de seus horários e rotinas de estudo, que devem ser iguais ou superior a 20h semanais.

As avaliações, orientações e outras atividades que exijam a presença ou a comunicação simultânea entre aluno, tutor e professor serão realizadas aos sábados no período matutino e/ou vespertino.

As atividades de Prática como Componente Curricular e Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório serão realizadas nos horários de funcionamento das instituições de Educação Infantil e de Ensino Fundamental (primeiros anos) além de outras instituições afins.

2.6 Local de oferta: polos de apoio presencial, variáveis de acordo com os convênios firmados junto às prefeituras municipais onde funcionem os polos da Universidade Aberta do Brasil – UAB.

2.7 Número de vagas: 180 vagas

2.8 Regime de Oferta: EAD

2.9 Forma de organização: Seriado Semestral.

2.10 Período de Integralização: máximo de 05 anos.

2.11 Carga horária total: 3.640 horas

2.12 Tipo de ingresso: Processo seletivo especial.

3. COMISSÃO

A Comissão de reformulação do presente projeto é constituída pelos membros do Comitê Docente Estruturante, conforme Portaria PROE-UEMS Nº 005, de 20 de fevereiro de 2019 e 098, de 12 de agosto de 2020.

Magda Carvalho Fernandes – Presidente
Andrea Natália da Silva
Eliane Cerdas

Izabella Alvarenga Silva
Maria Bezerra Quast de Oliveira
Nedina Roseli Martins Stein
Pedro Rauber
Vinícius de Oliveira Ribeiro

4. INTRODUÇÃO

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), com sede na cidade de Dourados, foi criada pela Constituição Estadual de 1979 e ratificada em 1989. É uma Fundação com autonomia didático-científica, administrativa, financeira, disciplinar e patrimonial, de acordo com as Leis Estaduais Nº 1.543, de 8 de dezembro de 1994, e nº 2.583, de 23 de dezembro de 2002, e com o Decreto Estadual nº 10.511, de 8 de outubro de 2001. Rege-se por seu Estatuto, oficializado, por meio do Decreto Estadual nº 9.337, de 14 de janeiro de 1999.

Em 1993, foi instituída uma Comissão para Implantação da UEMS, como intuito de elaborar uma proposta de universidade que tivesse compromisso com as necessidades regionais, particularmente com os altos índices de professores em exercícios sem a devida habilitação, e, ainda, com o desenvolvimento técnico, científico e social do Estado.

Com essa finalidade, a UEMS foi implantada com sede em Dourados e em mais 15 municípios como Unidades de Ensino, hoje Unidades Universitárias, uma vez que, além do ensino, passaram a desenvolver atividades relacionadas à pesquisa e à extensão, essenciais para a consolidação do “fazer universitário”.

É inegável a complexidade dos fenômenos contemporâneos, especificamente, das práticas no campo dos processos de ensinar e de aprender. O paradigma positivista precisa ser substituído por outro ou outros. Os atuais paradigmas educacionais falam da necessidade da participação, da construção do conhecimento, da autonomia de aprendizagem, de currículo aberto, de redes de conhecimentos, da interconectividade dos problemas, das relações.

A Educação a Distância (EaD) oferece possibilidades de novas práticas educativas e sociais, por suas características e sua forma de organizar o ensino e a aprendizagem e os processos formativos profissionais. Neste sentido, justifica-se a reformulação do presente projeto, para que a UEMS cumprindo a sua função social, em parceria com a CAPES/UAB, possa executar a oferta do curso de Pedagogia a distância aprovado por meio do Edital CAPES 05/2018, de 01/03/2018, Programa Universidade Aberta do Brasil, com objetivo de proporcionar a

formação de educadores para a docência nas etapas iniciais da Educação Básica - Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Gestão Educacional, a partir do ano de 2021.

5. CONCEPÇÃO DO CURSO

O curso de Pedagogia, na modalidade EaD da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, tem como concepção a formação de educadoras e educadores para atuar na docência da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, além da participação na gestão de sistemas e instituições de educação escolar e não escolar, na perspectiva da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão em virtude de suas características e de sua composição.

Nesta perspectiva, de acordo com Bego¹ (2017, p. 713), o curso de formação de professores deve ser estruturado “buscando configurar-se como um novo paradigma de formação de professores no Brasil, em função de alterar profunda e significativamente a relação universidade-escola, bem como a relação professor em exercício-professor formador”. Para o autor, o vínculo institucional formal entre universidade e escola permite nesta perspectiva a configuração de uma nova relação entre as duas instituições, que deixa de ser verticalizada, descolada e clientelista, e passa a ter possibilidade de uma interação frutífera, bilateral e cooperativa.

Neste Projeto Pedagógico delineiam-se as linhas orientadoras de ações necessárias à viabilização de metas e objetivos amplos e particulares da formação de educadores do país, em efetiva articulação entre os diferentes fundamentos teórico-metodológicos que nortearam a Lei 9394/96 e a Resolução CNE nº 02, de 20 de dezembro de 2019, as quais definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a formação Inicial de Professores da educação Básica (BNCC-Formação).

A educação concebida neste projeto é educação como prática social com papel transformador,

1 BEGO, A. M. O Pibid como novo paradigma de formação de professores: vivências, saberes e práticas formativas inovadoras do subprojeto de Química da Unesp. *Crítica Educativa*, Sorocaba, v. 3, p. 709-726, 2017.

que prepara os sujeitos do processo, com base na renovação dos fundamentos, objetivos, perspectivas e identidade; que acolhe a diversidade e a diferença no ser, pensar e agir desses sujeitos.

O Curso de Pedagogia, modalidade a Distância da UEMS em parceria com o Sistema CAPES/UAB, estará em consonância com a formação de profissionais da educação, ligados a processos escolares e a processos educacionais em diversos contextos.

De forma inovadora, procurará cruzar uma tradição acadêmica de aprofundamento de saberes como uma proposta de formação, construída a partir de dimensões, que reconhecem um conjunto de competências e habilidades necessárias para a formação do profissional de educação em consonância com as aprendizagens prescritas na Base Nacional Curricular Comum (BNCC).

Está organizada em três grupos, sendo considerado o desenvolvimento das competências profissionais explicitadas na BNCC-Formação, que reconhecem um conjunto de experiências necessárias para a formação do profissional da educação. Os grupos ora mencionados estão organizados da seguinte forma:

I -Grupo I: 1.075 (mil e setenta e cinco) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, escolas e práticas educacionais.

II -Grupo II: 1.975 (mil novecentos e setenta e cinco) horas, para aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos.

III -Grupo III: 812 (oitocentos e doze) horas, para prática pedagógica assim distribuídas:

a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escolas.

b) 412 (quatrocentos e doze) horas para a prática dos componentes curriculares dos grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início.

Este projeto vem ao encontro dos dispositivos pré-estabelecidos pela LDB e a Resolução CNE nº 02, de 20 de dezembro de 2019, supramencionados, adequando-os aos princípios normativos e vigentes e às demandas da realidade educacional nacional.

5.1 Objetivos

Os objetivos são classificados em geral e específicos:

5.1.1 Objetivo geral

Formar e qualificar educadores e educadoras para a docência na Educação infantil, nos Anos Iniciais do ensino fundamental e para a gestão de sistemas e instituições de educação escolar e não escolar enquanto agentes transformadores/as da realidade social, a partir do entendimento do fenômeno educativo como ato político e de formação continuada.

5.1.2 Objetivos específicos

- Proporcionar o acesso e a apropriação de conhecimentos e saberes que dão sustentação a *práxis* pedagógica, a partir do entendimento do contexto histórico, cultural e científico da sociedade;
- Fornecer, a partir da formação do docente, subsídios para a construção das competências necessárias nas instâncias administrativas das instituições educacionais;
- Desenvolver o espírito do trabalho em equipe, propiciando a compreensão do fenômeno educacional, considerando a inter-relação entre o licenciando, a sociedade e as instituições educativas;
- Possibilitar a compreensão da gestão escolar numa perspectiva democrática, entendendo-a como instrumento de construção de autonomia e identidade institucional;
- Contribuir para a construção de currículos e programas na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, que contemplem o contexto histórico nacional e regional, com especial atenção voltada às singularidades de cada região, notadamente, no que tange aos aspectos culturais dos povos para os quais essa educação se destina;
- Refletir acerca das questões da educação nos espaços educativos formais e não-formais, tendo a diversidade cultural como um dos pressupostos orientadores de tal prática reflexiva que deve anteceder toda prática docente;
- Desenvolver o espírito científico;
- Viabilizar as condições teórico-metodológicas e estruturais, encorajando o egresso a dar continuidade a estudos, reflexões e pesquisas, investindo e compreendendo a relevância da formação continuada na qualidade do trabalho docente;
- Refletir e municiar os discentes sobre as novas tecnologias na educação;

- Contemplar, como dispõe as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, as questões referentes à Educação Especial e à Educação de Jovens e Adultos.
- Trabalhar com um repertório de informações e habilidades, composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, fundamentados em princípios de inter/transculturalidade, interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e estética.

5.2 Perfil profissiográfico

Está fundamentado na docência enquanto princípio educativo da formação do (o) a pedagogo (a). Essa formação implica numa articulação interdisciplinar entre conhecimentos acadêmico-científicos, culturais, valores éticos, estéticos e tecnológicos, inerentes à capacitação do profissional preparando-o para atuar de maneira crítica. Essa formação sugere processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo multi/intercultural com os saberes, de modo que possibilite uma inserção crítica e qualificada no que se refere a atuação de sua profissão, assegurando, sobretudo, uma formação “[...] das competências gerais previstas na BNCC-Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à Educação Integral” (CNE/CP nº 02/2019, p. 2). Para a consecução deste compromisso assume a docência como base da formação do Pedagogo, priorizando duas linhas condutoras: formação de professores de Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e a efetivação da gestão democrática da educação.

Assim, priorizar-se-á no âmbito da formação de Professores de Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental uma sólida formação contemplando o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento possibilitando ao/à acadêmico/a aplicar, no campo da educação, “as contribuições de conhecimentos filosóficos, históricos, antropológicos, ambiental-ecológicos, psicológicos, linguísticos, sociológicos, políticos, econômicos, culturais” (cf. Resolução CNE/CP n. 1, 05/2006), orientada pelos princípios estabelecidos na BNC-formação (cf. Resolução CNE/CP n. 2, 12//2019).

No âmbito da gestão democrática da educação, priorizar-se-á o fortalecimento da escola como instituição capaz de promover a educação para e na cidadania, exigência que se harmoniza às demandas políticas e sociais de melhoria da qualidade do ensino nas instituições formais. Nesse

sentido, visa preparar o/a acadêmico/a possibilitando o domínio pedagógico para atuar na gestão e planejamento do processo de ensino e de aprendizagem. (cf. Resolução CNE/CP n. 2, 12//2019).

5.3 Competências e habilidades

É determinante situar a perspectiva sobre a qual se funda a concepção do que ora se apresenta neste projeto de curso sob a denominação de competências e habilidades indispensáveis e pretendidas para o exercício profissional do/a pedagogo/a. Segundo Pimenta (2002, p. 30) “ A Pedagogia é mais ampla que a docência, educação abrange outras instâncias além da sala de aula, profissional da educação é uma expressão mais ampla que profissional da docência, sem pretender com isso diminuir a importância da docência”.

Ancorado nesta perspectiva, tratamos aqui de compreender e reiterar os múltiplos espaços, para além da sala de aula, nos quais o exercício da pedagogia pode ser desempenhado em favor de uma compreensão de que o/a pedagogo/a é, sobretudo, um/a educador/a social. Ao contrário do que comumente podemos encontrar quando utilizamos ou encontramos os termos competências e habilidades, via de regra, numa perspectiva mais utilitária e/ou empresarial com vistas à inserção do sujeito licenciado no mercado de trabalho, entende-se aqui, o processo formativo como fenômeno datado, encharcado de história e, portanto, marcado pelas questões identitárias culturais de uma dada sociedade (sempre em movimento) e, também, sujeita aos atravessamentos multirreferenciados que, notadamente, ocorrem na interlocução entre as culturas presentes no meio social.

Diante disso, pretende a formação de um/a licenciado/a que construa conhecimentos e habilidades necessários à realização do trabalho que envolve crianças de zero a 10 anos de idade, jovens e adultos, tais como:

1. Entendimento teórico, histórico, crítico e cultural das questões inerentes a Educação Infantil e aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
2. Compreensão e respeito pela diversidade cultural, geracional, étnico-racial, sexual e de gênero, por meio de uma educação como ato individual, coletivo, político, crítico e transformador;
4. Entendimento de que o trabalho com jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência, apenados e jovens em conflito com a lei, fora da faixa etária da escolaridade regular deve ter continuidade de estudos nos anos iniciais do ensino fundamental, desenvolvendo competências e habilidades que propiciem a formação integral do/a educando/a;

5. Entendimento da pesquisa científica como prática política e social importante para avaliar a ação educacional em espaços educativos formais e não formais como meio de mobilização que permita a ampliação e análise dos contextos sócio-culturais, em parceria com os sujeitos envolvidos, tendo sempre como produto aprendizagens recíprocas;
6. Aquisição mínima de conhecimentos sobre linguagem de sinais como mecanismo de interação social e comunicação;
7. Valorização e construção de novas/outras atitudes cotidianas que estimulem a necessária e imprescindível criação/fortalecimento de hábitos de leitura;
8. Fluência verbal e escrita, valorizando os aportes e a coerência teórica e prática da linguagem;
9. Fundamentação teórica e crítica para discutir currículos e programas e para atuar em áreas administrativas nos espaços educativos formais e não formais, com foco na gestão democrática;
10. Conceituação e estabelecimento de relações entre teoria e prática no trabalho realizado nas instituições educativas, com vistas à construção da autonomia educacional;
11. Apropriação dos modos de ensinar a partir de diferentes linguagens: a Língua Portuguesa, a Matemática, as Ciências, a História, a Geografia, as Artes, a Educação Física – de forma interdisciplinar e adequada na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
12. Compreensão da tecnologia de informação de maneira reflexiva, crítica quanto a sua utilização como recursos tecnológicos e pedagógicos;
13. Reconhecimento, valorização e assunção de postura autodidata, bem como, investimento na formação continuada;
14. Apropriação de conhecimentos que revitalize uma educação que desconstrua qualquer tipo de preconceito, racismo e estereótipos, para lutar contra todos os processos de subalternização e inferiorização da pessoa.

Por isso, de posse das considerações aqui descritas sobre habilidades que compõem o Perfil Profissional do Egresso, elencado em treze itens, o que se propõe para observar durante o processo formativo do futuro/a pedagogo/a é uma postura reflexiva permanente, levando em conta o contexto sócio-histórico e seus impactos sobre a constituição social, tendo como objetivo pretendido a melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas no ato educativo. Neste projeto de curso, o/a pedagogo/a concluirá sua formação inicial, respaldado/a pelos fundamentos teóricos e práticos descritos no ementário, com as condições mínimas para compreender e auxiliar a melhoria da qualidade educacional na Educação Infantil e Ensino

Fundamental tanto no exercício da docência no espaço escolar como realizando o trabalho pedagógico no âmbito da gestão.

No trabalho do/a pedagogo/a, não existe, portanto, um método cristalizado específico e pronto. O trabalho pedagógico precisa ser pensado de acordo com a demanda do momento, dos sujeitos e da necessidade atual da comunidade, demanda essa, percebida e destacada dialogicamente entre as pessoas envolvidas, numa prática de escuta mútua. A postura de eterno aprendiz permite um aprofundamento constante diante dos conhecimentos produzidos pela sociedade, a partir de diferentes lógicas, que precisam ser dialogicamente interpretados a fim de que possam ser entendidos e utilizados por todos/as os/as envolvidos/as.

A relevância do papel do/a pedagogo/a revela-se na importância de uma formação alinhada ao seu tempo, coerente ao oportunizar aos sujeitos dessa prática a capacidade de fazer frente a realidade concreta interferindo individual e/ou coletivamente nas decisões que envolvam a possibilidade de construir melhor qualidade de vida para todos/as.

5.4 Avaliação

5.4.1 Avaliação do ensino-aprendizagem

A Avaliação da aprendizagem é tomada como processo contínuo, sendo realizado de duas formas: em atividades presenciais e em atividades a distância. Em razão de determinações legais, há preponderância da avaliação presencial sobre a avaliação a distância no computo total da avaliação. A realização das avaliações presenciais ocorrerá nos Polos de Apoio Presencial e o envio destas será de competência da Coordenadoria de Curso que lançará mão de mecanismos específicos para garantir a seguridade e o sigilo das mesmas de acordo com a especificidade de cada polo, com anuência do Colegiado do curso.

Em consonância com os princípios estabelecidos para o desenvolvimento do ensino na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, a avaliação do processo ensino-aprendizagem dar-se-á em dinâmica processual, abrangendo aspectos qualitativos e quantitativos. A avaliação como processo é contínua (VASCONCELLOS, 1994), pois resulta do acompanhamento efetivo do professor durante o período no qual determinado conhecimento está sendo construído pelo estudante. Avaliação, ensino e aprendizagem vinculam-se, portanto, ao cotidiano do trabalho pedagógico e não apenas aos momentos especiais de aplicação de instrumentos específicos.

A avaliação do processo ensino-aprendizagem será realizada de forma contínua e sistemática, priorizando atividades formativas, considerando os objetivos de diagnosticar e registrar o progresso do estudante e suas dificuldades; orientar o estudante quanto aos esforços necessários

para superar as dificuldades e; orientar as atividades de (re) planejamento dos conteúdos curriculares.

A verificação do aproveitamento nos estudos e do alcance dos objetivos previstos nos planos de ensino, em cada componente curricular, será realizada por meio da aplicação de diferentes instrumentos de avaliação, resultando no registro das avaliações levando-se em consideração as normas vigentes na instituição e as normas da EaD.

O registro do desempenho dos estudantes, em cada componente curricular, será efetivado pela atribuição de notas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), em escala decimal. Para ser aprovado em cada componente curricular o estudante deverá alcançar nota igual ou superior a 6,0 (seis) pontos, resultantes das avaliações realizadas.

O (A) aluno (a) que não alcançar média igual ou superior a 6,0 (Seis) poderá submeter-se a reavaliação, fazendo a prova optativa, baseada nos conteúdos essenciais da disciplina, que substituirá a nota da prova presencial.

Deverá submeter-se a exame final obrigatório o (a) aluno (a) que, tiver alcançado, nas avaliações, média igual a 3,0 (três) e inferior a 6,0 (seis), conforme normas vigentes na Instituição.

5.4.2 Avaliação do curso

a) Autoavaliação - coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), criada e constituída institucionalmente a partir do que estabelece a Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. Orientada pelas diretrizes e pelo roteiro de auto avaliação institucional propostos pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), bem como por instrumentos próprios que contemplam as especificidades da Universidade, essa comissão acompanha a qualidade das atividades desenvolvidas, o desempenho dos estudantes, bem como, o projeto pedagógico vigente e os profissionais que atuam no curso.

O curso deverá contar com uma Comissão de autoavaliação (CA) que desenvolve esse processo com toda a comunidade acadêmica (discentes, docentes e técnico-administrativos), que vai desde a elaboração e aplicação de questionários, passando pela interpretação e análise dos dados coletados, culminando com o desenvolvimento do Relatório.

b) Avaliação do PPCG: contemplando os processos avaliativos, a avaliação do Projeto pedagógico do Curso se faz presente e necessária ao estabelecer um diálogo direto com os

demais processos avaliativos que se observam na estrutura do curso, quais sejam, as avaliações externas e internas.

Isto posto, verificar-se-á que, conforme as mudanças e demandas que surgem na caracterização da própria sociedade envolvente, que impactam no perfil identitário da comunidade acadêmica e, por que não dizer, na comunidade docente e administrativa do curso em questão; os sujeitos envolvidos neste processo, dada a permanente escuta sensível que se registra pelas avaliações internas e externas, perceberão o momento em que o Projeto Pedagógico do Curso não mais se aplica às necessidades atuais e, por isso mesmo, deverá passar por nova reestruturação, como esta, que ora está em curso.

c) Avaliação do curso: realizada por comissões de especialistas designadas pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul; tem como referência os padrões de qualidade para a Educação Superior expressos nos instrumentos de avaliação oficiais. Para essa etapa, o curso disponibiliza os relatórios com os resultados das autoavaliações, sistematicamente aplicadas a todos os segmentos (discentes, docentes e técnico-administrativos) envolvidos nas atividades anuais.

5.5. Estrutura Administrativo-pedagógica

Estamos vivendo um período histórico de “crise” de “transição”, onde modelos e paradigmas tradicionais de compreensão e explicação da realidade estão sendo revistos enquanto outros estão emergindo. As teorias clássicas no campo da educação não dão mais conta da complexidade dos fenômenos contemporâneos e, especificamente, das práticas no campo dos processos de ensinar e de aprender.

A Educação a Distância (EaD) oferece possibilidades de novas práticas educativas e sociais, por suas características e sua forma de organizar o ensino e a aprendizagem e os processos formativos profissionais.

Para tal, exige uma “organização de apoio institucional” e uma “mediação pedagógica” que garanta mais condições necessárias à efetivação do ato educativo. Na EaD, quem ensina não é um professor, mas uma instituição, uma “instituição ensinante”. Trata-se, então, de uma ação mais complexa e coletiva, em que todos os sujeitos do processo ensino e aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: da equipe que concebeu e construiu o Projeto Pedagógico aos estudantes e orientadores, sujeitos ativos na sua implementação.

Por isso, a modalidade de EaD deve ser pensada e implementada pela “instituição ensinante”,

numa perspectiva sistêmica e colaborativa.

Para o seu funcionamento, deverá contar com uma estrutura administrativo-pedagógica que contemple:

O Aluno: matriculado no curso e que irá participar de atividades presenciais e a distância.

A Coordenadoria de Curso: exercida por um professor do quadro efetivo da UEMS, eleito por seus pares, conforme normas vigentes na instituição devendo:

- Coordenar, acompanhar e avaliar as atividades acadêmicas do curso;
- Participar das atividades de capacitação e de atualização desenvolvidas na Instituição de Ensino;
- Participar dos grupos de trabalho para o desenvolvimento de metodologia, elaboração de materiais didáticos para a modalidade a distância e sistema de avaliação do aluno;
- Realizar o planejamento e o desenvolvimento das atividades de seleção e capacitação dos profissionais envolvidos no curso;
- Elaborar, em conjunto com o corpo docente do curso, o sistema de avaliação do aluno;
- Participar dos fóruns virtuais e presenciais da área de atuação;
- Realizar o planejamento e o desenvolvimento dos processos seletivos de alunos, em conjunto como coordenador UAB;
- Acompanhar o registro acadêmico dos alunos matriculados no curso;
- Verificar “*in loco*” o bom andamento dos cursos;
- Acompanhar e supervisionar as atividades: dos tutores, dos professores, e dos coordenadores de polo;
- Informar para o coordenador UAB a relação mensal de bolsistas aptos.

Os Professores: responsáveis pela oferta de determinada disciplina/módulo no curso. São professores selecionados pela UEMS, com comprovada experiência na área de conhecimento da disciplina/módulo produzido, experiência mínima de 03(três) anos no magistério superior e formação em educação a distância. No caso de não haver professor que atenda a essas exigências, poderá ser admitido excepcionalmente, professores que comprovem formação mínima em nível superior e experiência de 1(um) ano no magistério superior. São atribuições

dos professores formadores:

- Desenvolver as atividades docentes da disciplina em oferta na modalidade à distância mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no projeto pedagógico do curso;
- Coordenar as atividades acadêmicas dos tutores atuantes em disciplinas ou conteúdos sob sua coordenação;
- Desenvolver as atividades docentes na capacitação de coordenadores, professores e tutores mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de capacitação;
- Desenvolver o sistema de avaliação de alunos, mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de curso;
- Apresentar ao coordenador de curso, ao final da disciplina ofertada, relatório do desempenho dos estudantes e do desenvolvimento da disciplina;
- Participar de grupo de trabalho para o desenvolvimento de metodologia e materiais didáticos para a modalidade a distância;
- Participar das atividades de docência das disciplinas curriculares do curso;
- Desenvolver, em colaboração com o coordenador de curso, a metodologia de avaliação do aluno.

No quadro de docentes da Instituição, poucos professores possuem experiência em EaD, pois esta é uma prática recente na instituição. Entretanto, estes serão capacitados por meio de cursos de formação continuada.

O Sistema de Tutoria - A tutoria no Curso de Pedagogia como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o aluno, o professor e o material didático do curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a (res) significação da EaD, por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre aluno e tutor deve ser único. O tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o aluno, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas, as dificuldades sejam elementos

dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão, com os professores formadores, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem, dos eventos, e do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório.

No desenvolvimento do Curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e avaliação do percurso de cada aluno sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se coloca-se em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido, necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria-prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se relaciona-se com outros alunos para estudar, se participa de organizações ligadas à sua formação profissionais, a movimentos sociais locais.

O tutor deve, neste processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos dos aspectos político-pedagógicos da EaD e da proposta teórico metodológica do Curso. Essa formação será oportunizada pela UEMS antes do início do Curso, bem como, no decorrer do mesmo. Por meio do curso de formação de tutores a ser realizada com todos os recursos que serão utilizados no curso com apoio financeiro da UAB e coordenação da Diretoria de Educação a Distância da UEMS.

Como recursos para interlocução deverão ser utilizados:

AVA com recursos de fórum, chat, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada aluno, entre outros;

- Vídeo aula;
- Telefone;
- E-mail;
- Web conferência.

Tutor: profissional selecionado pela UEMS para o exercício das atividades típicas de tutoria, sendo exigida formação de nível superior no curso de Pedagogia ou em cursos de licenciatura da área de Ciências Humanas e experiência mínima de 1(um) ano no magistério do ensino básico ou superior e na educação a distância, ou ter formação pós-graduada, ou estar vinculado à programa de pós-graduação. Excepcionalmente, serão admitidos profissionais sem a experiência na área de EaD, que receberão formação em EaD, antes de iniciarem suas atividades e nos conteúdos das disciplinas/módulos, ao longo do curso.

No presente curso, a tutoria será exercida por atores divididos em duas categorias: tutor a distância e tutor presencial.

Tutor a distância - Profissional que acompanha e auxilia os alunos a distância. Sua atuação, baseia-se na interação constante com estes através do Ambiente Virtual de Aprendizagem. Como objetivo de garantir qualidade em tais interações, será adotada a proporção de um tutor a distância para até 30 alunos. São atribuições do tutor a distância:

- Mediar a comunicação de conteúdos entre o professor formador e os alunos;
- Acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso;
- Apoiar o professor da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes;
- Manter regularidade de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e dar retorno às solicitações do cursista no prazo máximo de 24 horas;
- Estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes;
- Colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes;
- Participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela
- Instituição de Ensino;
- Participar do processo de avaliação da disciplina sob orientação do professor responsável.

Tutor Presencial – Profissional que acompanha e auxilia os alunos presencialmente. Sua atuação baseia-se na orientação síncrona dos estudantes, realizada nos polos de apoio presenciais. Estes, dividem suas atividades em 20 horas semanais, de modo que os alunos possam ter suas dúvidas sanadas sempre que necessário. Para tanto, é exigido que eles residam nas cidades/polo em quem o curso será ofertado. São atribuições do tutor presencial:

- Auxiliar presencialmente os alunos na solução de dúvidas quanto à utilização do AVA e demais recursos tecnológicos;
- Mediar presencialmente a comunicação de conteúdos entre o professor formador e os alunos;
- Acompanhar as atividades discentes nos momentos presenciais, conforme o cronograma do curso;
- Apoiar o professor da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes nos encontros presenciais;
- Estabelecer contato permanente com os alunos;
- Colaborar com a coordenação do curso na aplicação da avaliação dos estudantes;
- Participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela
- Instituição de Ensino;

5.6 Encontros Presenciais

Serão realizados encontros presenciais que servirão para a interação dos participantes e principalmente para trocar experiências, socializar e aprofundar saberes, avaliar os processos de ensino-aprendizagem, avaliar o desempenho do aluno, apresentar pesquisas e trabalhos acadêmicos, participar de visitas técnicas e palestras, que serão previstos em um cronograma semestral elaborado e aprovado pelo Colegiado do Curso.

Fazem parte também do conjunto de atividades presenciais, os Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios e as práticas como componentes curriculares realizadas em instituições de Educação Infantil e Fundamental, bibliotecas, museus, brinquedotecas, laboratórios e outros ambientes educacionais conveniados com a UEMS. Essas ações serão planejadas por professores, alunos, tutores e profissionais responsáveis pelas instituições concedentes, e realizados no período de funcionamento das instituições sob a supervisão de um professor do curso.

5.7 Pesquisa Pedagógica

Considerando que o aluno do Curso de Pedagogia poderá atuar na Educação Básica como professor não habilitado, poderá ser aproveitada a “experiência de seu fazer pedagógico autêntico” para sua própria formação profissional. O fazer pedagógico do aluno será

reconhecido, respeitado e valorizado, e servirá como base para o desenvolvimento da pesquisa pedagógica individual ou em grupo. Caberá aos professores e tutores despertar a atenção para os problemas e preocupações com a gestão, a didática, o desenvolvimento e aprendizagem presentes no cotidiano da escola, estimulando e desafiando o aluno no processo de fortalecimento de sua identidade profissional positiva, no desenvolvimento da visão crítica, capacidade de investigação e na construção de parcerias.

A pesquisa pedagógica é importante para a autoavaliação, compreensão do processo vivido pelos atores da educação, avaliação dos avanços e retrocessos das políticas educacionais, revisão teórica e metodológica, domínio de procedimentos para coleta e registro na busca por estratégias pedagógicas alternativas.

Significante para o processo de avaliação do desempenho do aluno, uma mesma pesquisa pedagógica pode ser usada como instrumento em mais de uma disciplina, caracterizando-se como uma ação multi ou interdisciplinar.

5.8 Infraestrutura e processo de gestão acadêmico-administrativa

A EaD, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos do processo ensino-aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre alunos, professores formadores e tutores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Dentre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- A implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- A produção e organização de material didático apropriado à modalidade;
- Processos de orientação e avaliação próprios;
- Monitoramento do percurso do estudante;
- Criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de estudo dos alunos.

Rede Comunicacional

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação

dos vários polos com a UEMS e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estrutura física e acadêmica na UEMS com a garantia de:

- Manutenção de equipe administrativo-pedagógica para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- Manutenção de equipe multidisciplinar que garanta as condições técnicas para a execução do curso;
- Designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
- Manutenção dos núcleos tecnológicos na UEMS e nos Polos, que deem suporte à rede comunicacional prevista para o curso;
- Organização de um sistema comunicacional entre os diferentes polos e a UEMS.

Todo o controle acadêmico do Curso, incluindo conferência de documentação, matrícula, controle acadêmico, entre outros, será realizado pela Diretoria de Registro Acadêmico, por meio de sistema próprio para esse fim e de acordo com as normas internas vigentes.

Além disso, o curso contará com pessoal de apoio que ficará sob a responsabilidade da Diretoria de Educação a Distância, sendo uma secretária, um técnico em Informática e um assistente administrativo.

Polo de Apoio Presencial

Em cada Município de funcionamento do Curso, deverá haver um Polo de Apoio Presencial que conte com os recursos básicos para a implantação e estruturação de polos. Para o funcionamento do Curso, o polo de apoio presencial deve dispor de salas de aula (de acordo com o número de alunos em cada polo), laboratório de informática, biblioteca e brinquedoteca devidamente equipados para serem utilizados pelos alunos e professores da UEMS.

5.9 Prática como Componente Curricular

A prática como componente curricular que integra a carga horária de diversas disciplinas da primeira à quarta série, visa oportunizar aos alunos a aprendizagem sobre o conteúdo como

objeto de ensino nos espaços educacionais formais e não-formais, a reflexão sobre a cultura da escola, e articulação entre teoria e prática, ou o pensado na academia e vivido nas creches, pré-escolas e escolas. Serão planejadas e desenvolvidas atividades que atendam ao disposto no ementário das disciplinas:

- práticas educativas e culturais com crianças e educadores da Educação Infantil e Fundamental nos espaços de educação escolar e não escolar em forma de projeto;
- análise de livros didáticos e paradidáticos;
- análise e produção de textos, livros infantis e juvenis, materiais didáticos e paradidáticos, instrumentos musicais, jogos e brinquedos;
- e outras...

Não serão consideradas prática como componente curricular (seminários, textos, trabalhos, etc.) sem conexão direta com (ou não fazendo parte de) um planejamento que ligue diretamente as disciplinas com a prática pedagógica do professor de educação infantil e dos primeiros anos do Ensino Fundamental.

5.10 Integração entre Teoria e Prática

A integração entre a teoria e a prática profissional no processo ensino-aprendizagem é uma das bases mais sólidas na formação do licenciado em Pedagogia. Serão ofertadas através das disciplinas curriculares com práticas em laboratório; atividades de campo; de iniciação científica ou em atividades de monitoria em disciplinas, contemplando acadêmicos bolsistas ou voluntários. No âmbito externo da UEMS o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e o Estágio Curricular Supervisionado Não-Obrigatório, representam atividades que podem integrar o acadêmico ao ambiente da prática profissional. Outras atividades podem subsidiar o acadêmico no campo profissional, tais como visitas técnicas, estudo de casos *in loco*, participação em congressos ou eventos técnicos/científicos.

A participação dos acadêmicos nas atividades científicas desenvolvidas no ambiente da Universidade e fora dela, sob sua supervisão, possibilita o contato e a familiarização com equipamentos e processos típicos da vida profissional aperfeiçoando os conhecimentos adquiridos.

A percepção das limitações e especificidades dos modelos teóricos, em ambiente não controlado, é um aspecto significativo na formação do profissional. A atividade experimental

em laboratório pode também despertar o interesse pela investigação científica, e motivar novas vocações para tanto para a pesquisa como para docência.

5.11 Inclusão e a acessibilidade

A UEMS, em acordo a legislação vigente, compreende a acessibilidade como uma série de recursos materiais, pedagógicos e arquitetônico, bem como adaptações, equipamentos assistivos e atitudes que visam garantir o acesso aos bens culturais e patrimoniais para acadêmicos e funcionários desta Instituição, conforme expresso na Lei Federal n. 13.146/2015 (BRASIL, 2015). Nesse sentido, todos os Polos de EaD têm acessibilidade assegurada por meio de rampas de acesso, banheiros, bebedouros e mobiliários adaptados. Além disso, contam com a disponibilização de plataformas digitais com dispositivos de acessibilidade audiovisual e o planejamento de tecnologias assistivas, sempre que necessário.

Além disso, a UEMS disponibiliza o Atendimento Educacional Especializado (AEE - o Decreto n. 7.611/ 2011; BRASIL, 2011) de forma suplementar e ou complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades ou superdotação.

Na UEMS, o desenvolvimento e acompanhamento do AEE, além dos princípios legais vigentes, é orientado por normativas internas aprovadas por seus Conselhos Superiores. Assim, quando necessário, o acadêmico com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, regularmente matriculados na UEMS, conta com um Plano Educacional Individualizado (PEI), elaborado a partir de estudos de caso realizados pela DID/PROE em conjunto com a coordenadoria de Curso, a coordenadoria pedagógica EaD/UEMS, o corpo docente e a família.

Para fins de identificação das necessidades educacionais de acadêmicos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, deve ser apresentado à coordenadoria de curso e, posteriormente, encaminhados à DID/PROE, laudo médico e psicopedagógico, em que conste a deficiência e as necessidades básicas do acadêmico, na forma da Lei.

Aos acadêmicos com altas habilidades ou superdotação, nos termos da legislação vigente, poderá ser concedida, em caráter excepcional, a conclusão da graduação em menor tempo, mediante avaliação multidimensional e o rendimento acadêmico nas disciplinas/módulos do

Curso. A avaliação multidimensional será realizada por uma comissão definida pelo colegiado do Curso e contará com a participação do coordenador do Curso, do professor especializado e de 3 (três) professores que ministram aulas no curso, sob a supervisão da DID/PROE.

Aos acadêmicos com graves deficiências, intelectual ou múltipla, terão a possibilidade de conclusão do curso em maior tempo, por meio de flexibilização do período de integralização curricular e, sempre que possível, e sem prejuízo para o acadêmico. Essa flexibilização será planejada em comum acordo com a família, a Coordenadoria de Curso, a Coordenadoria pedagógica/DED, a Diretoria de Registro Acadêmico (DRA), a Assessoria Jurídica e a PROE.

Enquanto que aos acadêmicos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação impossibilitados de frequentar as aulas presenciais, em razão de problemas de saúde, que impliquem internação hospitalar ou permanência prolongada em domicílio, será garantido o AEE em ambiente hospitalar ou em ambiente domiciliar, realizado por professor especializado em Educação Especial. Casos específicos que não estejam contemplados aqui, serão resolvidos pela DID/PROE, em conjunto com a coordenadoria de curso, coordenadoria pedagógica (EaD/UEMS), Diretoria de Registro Acadêmico, Assessoria Jurídica da UEMS e Colegiado do Curso.

6. RELAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

A Pedagogia, como ciência da educação, situa-se na área das ciências humanas e sociais, a partir da compreensão do homem como um ser biológico e social, para se chegar à constituição do homem educador, visto como ser “aprendente” e “ensinante” da palavra escrita e falada, dos saberes matemáticos, geográficos, históricos, artísticos, corporais e científicos, mas também e, sobretudo, dos saberes do mundo, sobre aqueles que edificam mulheres e homens como seres participantes e comprometidos com a transformação de sua comunidade e sociedade.

Assim compreendida a Pedagogia, o presente projeto de Curso busca a compatibilização na distribuição da sua carga horária entre teoria, prática e extensão, envolvidas em proporções regulares, contemplando os fundamentos da educação, compreendidos como aqueles que envolvem os conhecimentos das diversas áreas da ciência, mas que também contemple a sua dimensão profissionalizante, concretizada nos conhecimentos de caráter metodológico.

Essa concepção de curso envolve outros conhecimentos, valores e saberes, considerado inerente à formação em Pedagogia, a saber:

- **O ensino, a pesquisa e a extensão**, compreendidas como um processo capaz de ser apreendido, a partir de reflexões e vivências empíricas. Na extensão serão desenvolvidos subprojetos envolvendo alunos da rede pública e comunidade externa sob a orientação do professor de cada disciplina que contempla a creditação de extensão conforme Deliberação CE/CEPE-UEMS N° 309 de 0 de abril de 2020 e também, através dos eventos acadêmicos. As atividades de pesquisa estarão contempladas nas Disciplinas Pesquisa em Educação I e II e no desenvolvimento do TCC, além dos projetos de Pesquisa que serão desenvolvidos pelos docentes do curso.

- **A tecnologia e a informática**, compreendidas como conhecimento imprescindível, quando se tem por base a existência de uma sociedade da informação, constituindo-se nas principais ferramentas para a operacionalização do curso.

- **A Gestão Educacional** como elemento complementar na formação docente, pois possibilita a integração de diversas funções do trabalho pedagógico e de processos educativos, principalmente no que diz respeito à administração, à coordenação, ao acompanhamento e à avaliação de projetos e políticas educacionais;

- **A educação inclusiva e a linguagem universal das libras**, com vistas a potencializar o papel inclusivo das instituições educativas, assegurando a todos a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, sem qualquer tipo de discriminação, um princípio que está na Constituição desde 1988;

- **A diversidade cultural e étnico-racial** considerada como a educação das relações étnico-raciais e culturais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que forme cidadãos que compreendam a pluralidade étnico-racial, tornando-se capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos os direitos legais e o respeito e a valorização da cultura e identidades, na busca da consolidação da democracia brasileira.

A partir dessas premissas, entende-se como base da formação do professor de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, à docência em sentido amplo, enquanto trabalho e processo pedagógico, contextualizada numa realidade sócio histórica, como um elo articulador entre os profissionais da Pedagogia e demais áreas de conhecimentos específicos.

7. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO

7.1 Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é essencial na formação do professor, constitui-se de atividades teórico-práticas que deverão se desenvolver numa sequência de ações e estruturas na qual o licenciando trabalhará dentro de um contexto geral em que estão envolvidos a escola, os alunos e todos os processos de ensino- aprendizagem.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, o estágio curricular pressupõe atividades pedagógicas efetivadas em um ambiente institucional de trabalho, reconhecido por um sistema de ensino, que se concretiza na relação interinstitucional, estabelecida entre um docente experiente e o aluno estagiário, com a mediação de um professor supervisor acadêmico. Deve proporcionar ao estagiário uma reflexão contextualizada, conferindo-lhe condições para que se forme como autor de sua prática, por meio da vivência institucional sistemática, intencional, norteada pelo projeto pedagógico da instituição formadora e da unidade campo de estágio.

Assim, no Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, o aluno terá a oportunidade de realizar uma ação docente com vistas à criação de situações de experiências em que possa confrontar a teoria com a prática, confronto este que lhe propiciará desenvolver suas próprias sínteses sobre a criação de contextos de aprendizagens e descobertas.

Respeitando o regime de colaboração entre os sistemas e níveis de ensino, o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório será desenvolvido na terceira série (Educação Infantil com 200 horas) e na quarta série (para o Ensino Fundamental com 200 horas) perfazendo um total de 400 (quatrocentas) horas. O estagiário e a proposta de estágio serão avaliados conjuntamente pela instituição formadora e pela instituição concedente (campo de estágio).

Como disciplina que compõe a matriz curricular do curso é reservada ao Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório a tarefa de "oferecer um conhecimento do real em situação de trabalho" – diretamente em unidades escolares dos sistemas de ensino; momento para se verificar e provar (em si e no outro) a realização das competências exigidas na prática docente.

7.1.2 Mecanismos efetivos de acompanhamento e cumprimento de Estágio

Os alunos serão assistidos e acompanhados durante a elaboração e execução de seu plano de atividades do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, pela Comissão de Estágio Supervisionado (COES) e tutores da instituição formadora, e por um profissional qualificado da instituição concedente, ou seja, instituição educacional conveniada.

Considera-se de fundamental importância na etapa de preparação dos estagiários a elaboração de um diagnóstico das situações de ensino-aprendizagem, sociais, econômicas, culturais, éticas, políticas do contexto da instituição educacional em que irá atuar durante o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, bem como o estudo do Projeto Pedagógico em desenvolvimento.

O planejamento conjunto possibilita a adequação e coerência do plano de atividades do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório à proposta pedagógica das duas instituições: a formadora e a concedente.

7.1.3 Mecanismo de Cumprimento

A elaboração e assinatura de um termo de compromisso entre a UEMS e a (s) instituição (ões) concedentes, locus dos estágios, legitimam as cooperações previstas na proposta do Curso de Pedagogia.

Caberá à UEMS a responsabilidade de celebrar e zelar pelo cumprimento do termo de compromisso com estagiário e a instituição concedente do estágio e que o acolherá; de avaliar as condições e instalações dos locus de estágio; orientar, acompanhar e avaliar a elaboração e a execução do plano de atividades do estagiário.

De acordo com o Regulamento geral dos estágios dos cursos de graduação da UEMS A COES definirá toda forma de organização e cumprimento do estágio, bem como o formato e o modo de apresentação do Relatório Final.

7.2 Estágio Curricular Supervisionado não obrigatório

De acordo com o Regulamento Geral dos Estágios Curriculares Supervisionados dos Cursos de Graduação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, o ECSNO é uma atividade opcional que contribui para o enriquecimento da formação acadêmica e desenvolvimento de competências e habilidades previstas no PPCG do curso. O ECSNO não substitui o ECSO, ficando a cargo da COES definirem critérios para aproveitamento, com a aprovação do colegiado do curso. Para esse aproveitamento, em conformidade com a legislação vigente deve-se atender às seguintes exigências:

I - Designação, pela COES, de um professor do curso como orientador;

II- Ter um supervisor na organização concedente, responsável pelo acompanhamento e avaliação do estagiário.

O Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório será desenvolvido em instituições de diversas naturezas e proporcionará aos acadêmicos diferentes experiências na área de atuação do profissional da Pedagogia. As instituições nas quais poderá ser realizado este tipo de estágio são: empresas, hospitais, consultórios, bibliotecas, associações civis, organizações não governamentais, sindicatos, entre outros. Tais atividades devem ser organizadas a partir de parceria entre a universidade e a comunidade e obedecerá a legislação nacional específica (Lei de Estágio), bem como normas internas da UEMS, que regulam os convênios e demais exigências legais, além da aprovação da Comissão de Estágios do curso.

8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão do Curso consiste na elaboração e na apresentação pública de um tema da Educação, desenvolvido a partir de pesquisa teórica ou aplicada dentro dos limites do próprio Curso, com início na terceira série. Terá normatização específica aprovada pelo Colegiado do Curso, com anuência da Pró-Reitoria de Ensino.

Esta atividade é considerada um meio para a formação do licenciado em Pedagogia e do futuro pesquisador. Tem caráter obrigatório e será desenvolvida durante o mesmo, a partir da terceira série, com carga horária de 100(cem) horas.

9. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

De acordo com as Diretrizes Curriculares as Atividades Complementares(AC) envolvem o planejamento e o desenvolvimento progressivo do Trabalho de Curso, atividades de monitoria, de iniciação científica e de extensão, diretamente orientadas por membro do corpo docente da instituição de educação superior decorrentes ou articuladas às disciplinas, áreas de conhecimentos, seminários, eventos científico-culturais, estudos curriculares, de modo a propiciar vivências em algumas modalidades e experiências, entre outras, e opcionalmente, a educação de pessoas com necessidades especiais, a educação do campo, a educação indígena, a educação em remanescentes de quilombos, em organizações não-governamentais, escolares e não-escolares públicas e privadas. Serão computadas como AC apenas aquelas atividades desenvolvidas a partir do ingresso no curso. O encaminhamento das solicitações devidamente acompanhada dos comprovantes das AC à secretaria de curso poderá ser feito a partir do primeiro ano, e ao final de cada ano letivo e até 60 (sessenta) dias antes do término do período letivo da última série do curso, conforme calendário acadêmico. A carga horária destinada a essas atividades é de 90 (noventa) horas.

Quadro 1. Atividades Complementares

Atividades	Carga Horária Máxima (h)
Grupo I – Atividades de Ensino	
Projetos de Ensino	30
Monitoria aprovada pela instituição	30
Ciclos de Palestras (presencial ou online)	30
Semana acadêmica (presencial ou online)	30
Encontros científicos da UEMS	30
Jornadas/ semana acadêmicas (presencial ou online)	30
Cursos (presencial ou online)	50
Grupo II – Atividades de Extensão e Cultura	
Mostra Cultural	30
Oficinas de extensão	30
<i>Workshops</i>	30
Grupo III – Atividades de Pesquisa	
Grupos de Pesquisa	30
Iniciação Científica	30
Encontros científicos da UEMS	30
Oficinas de pesquisa	30
Grupo IV – Atividades de Representação Estudantil	
Participação em Diretório Acadêmico Estudantil (DCE)	30
Participação em Centro Acadêmico (CA)	30
Grupo V – Outras Atividades Práticas	
Aprovação em disciplina cursada em outros cursos, que não integre a estrutura curricular do curso.	60
Aprovação em disciplina cursada em outras Instituições de Ensino Superior, desde que não integre a estrutura curricular do curso.	60

10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E RESUMO GERAL DA MATRIZ CURRICULAR

Quadro 2. Disciplinas do Grupo 1

DISCIPLINA	Carga Horária (hora-aula)
Introdução à Educação a Distância	120
Prática de Leitura e Produção de Texto	120
Introdução a Metodologia Científica	90
Educação, Tecnologias digitais e Meios de Comunicação	120
Filosofia da Educação	105
Psicologia da Educação	180
Sociologia da Educação	105
História da Educação	120
Política e Organização da Educação Brasileira	120
Fundamentos da Educação Especial	105
Educação para a diversidade Etnicorracial e Cultural	105
Total	1.290

Quadro 3. Disciplinas do Grupo 2.

DISCIPLINA	Carga Horária (hora-aula)
Fundamentos da Educação Infantil	120
Didática	120
Práticas Pedagógicas na Educação Infantil	120
Cultura Lúdica	120
Literatura Infantil e Contação de Histórias	120
Currículo	120
Metodologia do Ensino da Arte	120
Metodologia do Ensino da Alfabetização	120
Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa	120
Metodologia do Ensino de Ciências Sociais	120
Metodologia do Ensino da Ciências Naturais	120
Metodologia do Ensino da Matemática	120
Pesquisa em Educação I	90
Princípios e Fundamentos de Gestão Educacional	150
Fundamentos e Práticas Pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos	120
Educação Escolar Indígena	120
Teoria e Prática da Educação Especial	120
Pesquisa em Educação II	90
Educação em direitos humanos, diversidade e cidadania	120
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	120
Total	2.370

Quadro 4. Disciplinas do Grupo 3.

DISCIPLINA	Carga Horária (horas)
Estágio Supervisionado na Educação Infantil	200
Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	200
Prática como Componente Curricular	412
Total	812

Quadro 5. Matriz Curricular

SÉRIE	Semestre	DISCIPLINA	Carga Horária			
			Total	Teórica	PCC	Extensão
1	S1	Introdução à Educação a Distância	120	90	30	0
1	S1	Prática de Leitura e Produção de Texto	120	90	30	0

1	S1	Introdução a Metodologia Científica	90	60	30	0
1	S1	Educação, Tecnologias digitais e Meios de Comunicação	120	90	30	0
1	S2	História da Educação	120	90	30	0
1	S2	Filosofia da Educação	105	90	15	0
1	S2	Psicologia da Educação	180	120	30	30
1	S2	Sociologia da Educação	105	90	15	0
Total			960	720	210	30

SÉRIE	Semestre	DISCIPLINA	Carga Horária			
			Total	Teórica	PCC	Extensão
2	S1	Fundamentos da Educação Especial	105	60	45	0
2	S1	Política e Organização da Educação Brasileira	120	90	30	0
2	S1	Fundamentos da Educação Infantil	120	90	30	0
2	S1	Didática	120	90	30	0
2	S2	Currículo	120	90	0	30
2	S2	Práticas Pedagógicas na Educação Infantil	120	90	0	30
2	S2	Cultura Lúdica	120	90	0	30
2	S2	Literatura Infantil e Contação de Histórias	120	90	0	30
Total			945	690	135	120

SÉRIE	Semestre	DISCIPLINA	Carga Horária			
			Total	Teórica	PCC	Extensão
3	S1	Educação para a diversidade Etnicorracial e Cultural	105	60	0	45
3	S1	Metodologia do Ensino da Arte	120	90	0	30
3	S1	Metodologia do Ensino da Alfabetização	120	90	0	30
3	S1	Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa	120	90	0	30
3	S2	Metodologia do Ensino de Ciências Sociais	120	90	0	30
3	S2	Metodologia do Ensino da Ciências Naturais	120	90	0	30
3	S2	Pesquisa em Educação I	90	60	30	0
3	S2	Metodologia do Ensino da Matemática	120	90	0	30

		Total	915	660	30	225
3	Anual	Estágio Supervisionado na Educação Infantil	240			

SÉRIE	Semestre	DISCIPLINA	Carga Horária			
			Total	Teórica	PCC	Extensão
4	S1	Princípios e Fundamentos de Gestão Educacional	150	120	0	30
4	S1	Fundamentos e Práticas Pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos	120	90	30	0
4	S1	Teoria e Prática da Educação Especial	120	90	0	30
4	S1	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	120	90	30	0
4	S2	Educação em direitos humanos, diversidade e cidadania	120	120	0	0
4	S2	Educação Escolar Indígena	120	90	30	0
4	S2	Pesquisa em Educação II	90	60	30	0
		Total	840	660	120	60
4	Anual	Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	240			

Quadro 6. .Resumo da Organização Curricular

	Carga horária	
	Hora-aula	Hora-relógio
Grupo I	1.290	1.075
Grupo II	2.370	1.975
Atividades Complementares	-	90
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	-	400
Trabalho de Conclusão de Curso	-	100
Total		3.640

11. TABELA DE EQUIVALÊNCIA

Quadro 7. Tabela de equivalência do PPCG 2014 com o PPCG 2020.

PPCG 2014	CH Total	Série	PPCG 2020	CH Total	Série
Introdução à Educação a Distância	102	1ª	Introdução à Educação a Distância	120	1ª
Prática de Leitura e Produção de Texto	102	1ª	Prática de Leitura e Produção de Texto	120	1ª
Introdução à Metodologia Científica	102	1ª	Introdução à Metodologia Científica	90	1ª
Informática e educação	102	1ª	Educação, Tecnologias Digitais e Meios de Comunicação	120	1ª
Filosofia da Educação	102	1ª	Filosofia da Educação	105	1ª
Psicologia da Educação	102	1ª	Sem equivalência	-	-
Sociologia da Educação	102	1ª	Sociologia da Educação	105	1ª
História da Educação	68	1ª	Sem equivalência	-	-
PPCG 2014	CH Total	Série	PPCG 2020	CH Total	Série
História da Educação no Brasil	102	1ª	História da Educação	120	1ª
Política e Organização da Educação Brasileira	102	1ª	Política e Organização da Educação Brasileira	120	2ª
Fundamentos da Educação Infantil	102	2ª	Fundamentos da Educação Infantil	120	2ª
Didática	136	2ª	Sem equivalência	-	-
Sem equivalência	-	-	Currículo	120	2ª
Práticas Pedagógicas na Educação Infantil	102	2ª	Práticas Pedagógicas na Educação Infantil	120	2ª

Cultura Lúdica	102	2ª	Cultura Lúdica	120	2ª
Literatura Infantil	102	2ª	Literatura Infantil e Contação de Histórias	120	2ª
Sem equivalência	-	-	Fundamentos da Educação Especial	120	2ª
PPCG 2014	CH Total	Série	PPCG 2020	CH Total	Série
Metodologia do Ensino da Arte	102	3ª	Metodologia do Ensino da Arte	120	3ª
Metodologia do Ensino da Alfabetização	102	3ª	Metodologia do Ensino da Alfabetização	120	3ª
Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa	102	3ª	Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa	120	3ª
Metodologia do Ensino de Ciências Sociais	102	3ª	Metodologia do Ensino de Ciências Sociais	120	3ª
Metodologia do Ensino de Ciências Naturais	102	3ª	Metodologia do Ensino de Ciências Naturais	120	3ª
Metodologia do Ensino da Matemática	102	3ª	Metodologia do Ensino da Matemática	120	3ª
Sem equivalência	-	-	Pesquisa em Educação I	90	3ª
Estágio Supervisionado na Educação Infantil	204	3ª	Estágio Supervisionado na Educação Infantil	240	3ª
Sem equivalência	-	-	Educação para Diversidade Etnicorracial e Cultural	105	4ª
PPCG 2014	CH Total	Série	PPCG 2020	CH Total	Série
Sem equivalência	-	-	Princípios e Fundamentos da Gestão Educacional	150	4ª

Sem equivalência	-	-	Fundamentos e Práticas Pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos	120	4ª
Sem equivalência	-	-	Educação Escolar Indígena	120	4ª
Tópicos em Educação Especial	102	4ª	Teoria e Prática da Educação Especial	120	4ª
Sem equivalência	-	-	Pesquisa em Educação II	90	4ª
Sem equivalência	-	-	Educação em Direitos Humanos, Diversidade e Cidadania	120	4ª
Sem equivalência	-	-	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	120	4ª
Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	204	4ª	Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	240	4ª

12. PLANO DE IMPLANTAÇÃO DO CURRÍCULO

Será ofertado de forma gradativa, com as turmas iniciando ainda em 2020, seguindo a seleção de edital UAB/CAPEL. A turma atual não migrará para este PPCG, pois ele não permite fluxo contínuo de estudantes. Sendo essa uma oferta específica para dar atendimento ao Edital CAPEL 05/2018, será resguardado, no entanto, a possibilidade dos/as estudantes que ingressaram no Curso em 2018 (PPCG 2015), e que tiveram reprovação em disciplinas poderem cursar as respectivas disciplinas na oferta do projeto 2020, desde que haja compatibilidade de conteúdos e carga horária, em análises caso a caso, a ser realizada pela coordenação de curso e pelo docente titular da disciplina.

13. EMENTÁRIO, OBJETIVOS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (BÁSICA E COMPLEMENTAR)

GRUPO I

INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

EMENTA

Educação a Distância: conceitos, histórico, no cenário atual e políticas públicas. A construção do conhecimento e o desenvolvimento cognitivo com auxílio de meios eletrônicos. A utilização das instrumentalizações eletrônicas para uma educação continuada como suporte a ensino à distância. Impactos da utilização de ambientes eletrônicos e computacionais no processo de aprendizagem.

OBJETIVO

Reconhecer os conceitos, princípios, objetivos, metodologia e recursos próprios da Educação a Distância. Conhecer o histórico da modalidade a distância e as Políticas Públicas de promoção da EaD no Brasil. Promover reflexões quanto ao uso dos recursos tecnológicos no contexto da Educação a Distância. Identificar as formas de acompanhamento e avaliação da Educação a Distância, seus critérios e instrumentos. Contextualizar o desenvolvimento tecnológico no âmbito das transformações que perpassam a sociedade contemporânea. Discutir as consequências desse processo para a educação.

BIBLIOGRAFIA

Básica

BELLONI, M. L. **Educação a Distância**. Campinas: Autores Associados, 2001.

COSTA, M. L.F. (Org). **Educação a Distância no Brasil**. Maringá: Eduem, 2013.

MORAN, J.M., MASETTO, M.; BEHRENS, M. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

Complementar

MAIA, Carmem; MATTAR, João. **ABC da EaD: a educação distância hoje**. São Paulo: Pearson, 2007.

PRETI, O. (org). **Educação a Distância: início e indícios de um percurso**. Cuiabá: NEAD/IE-UFMT, 1996.

_____. **Educação a Distância: construindo significados**. Cuiabá: NEAD/IE-UFMT; Brasília: Plano, 2000.

PETERS, Otto. **A educação a distância em transição: tendências e desafios**. Trad. Leila Ferreira de Souza Mendes. São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2004.

PRÁTICA DE LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS

EMENTA

Leitura, sujeito e sentido. A prática da leitura. Noções de organização, estrutura e reflexão de texto. Produção textual (noção de texto, textualidade, linguística de texto) Gêneros e tipos textuais (argumentativo, narrativo e descritivo). Prática de produção textual.

OBJETIVOS

Ler, interpretar e redigir diferentes tipos de textos, reconhecendo a importância da Língua Portuguesa como código linguístico. Refletir e apropriar-se do conhecimento das diferentes modalidades textuais, de forma a ampliar a capacidade de compreensão das informações durante a leitura de textos. Refletir sobre a prática de leitura e produção textual no ensino fundamental.

BIBLIOGRAFIA

Básica

VAL, M. G. C. **Redação e textualidade**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual: análise de gêneros e compreensão**. Reimp. São Paulo: Parábola, 2017.

KOCK, I. V. & ELIAS, V. M. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

Complementar

FIORIN, José Luiz. **Lições de texto: leitura e redação**. 5ed. 6ª reimpressão, São Paulo: Ática, 2012.

CITELLI, B. **Produção e leitura de textos no ensino fundamental: poema, narrativa, argumentação**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FARACO, C. A.; TEZZA, C. **Prática de textos para estudantes universitários**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MASSINI - CAGLIARI, Gladis. **O texto na alfabetização: coesão e coerência**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

MATENCIO, M. L. M. **Leitura e Produção de Textos e a Escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

INTRODUÇÃO A METODOLOGIA CIENTÍFICA

EMENTA

Conceito de Ciência. Tipos de trabalhos científicos e acadêmicos: resumo, resenha, revisão bibliográfica, projeto de pesquisa, artigo, fichamentos. Pesquisa qualitativa, quantitativa e quali-quantitativa. Método e Metodologia de pesquisa. Normas e Regras da ABNT. Ética na pesquisa.

OBJETIVOS

Aprender sobre as diferentes modalidades e estruturas dos trabalhos científicos. Conhecer estratégias de estudo bem como as técnicas de escrita de textos acadêmicos. Estudar os elementos básicos do método e da metodologia. Conhecer e saber empregar as normas da ABNT em trabalhos científicos. Compreender a importância e necessidade da ética na pesquisa científica.

BIBLIOGRAFIA

Básica

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14724**: Informação documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2018.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007

Complementar

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SEVERINO, A. J. **Ética e pesquisa: autonomia e heteronomia na prática científica.** Cadernos de Pesquisa, v. 45, n.158, p.776-792, 2015.

VOLPATO, Gilson Luiz. **Pérolas da redação científica.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim.** Tradução: Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2016.

EDUCAÇÃO, TECNOLOGIAS DIGITAIS E MEIOS DE COMUNICAÇÃO

EMENTA

O conhecimento e as mídias oral, escrita, visual e digital. O computador como ferramenta de construção do conhecimento. Histórico da informática na educação. Os tipos de ambientes educacionais baseados em computador. As implicações pedagógicas e sociais do uso da informática na educação. Construção de projetos educativos envolvendo tecnologias digitais. Meios de Comunicação e Informação na Educação.

OBJETIVOS

Compreender a relação histórica do processo de construção do conhecimento e a tecnologia. Propiciar reflexão sobre ambientes virtuais de aprendizagem e sobre suas possibilidades de utilização na educação. Conhecer as possibilidades e limites das tecnologias digitais para a construção do conhecimento e utilizá-las em projetos educativos. Identificar e discutir o uso devido de programas educativos. Repensar a produção de material didático em formato digital. Refletir sobre a importância dos Meios de Comunicação e Informação na educação e suas implicações no processo ensino-aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA

Básica

BARBA, Carme; CAPELLA, Sebastià. **Computadores em sala de aula: métodos e uso.** Porto Alegre: Penso, 2012.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Educar com a mídia: novos diálogos sobre educação.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

TEDESCO, Juan Carlos (Org.). **Educação e novas tecnologias: esperança ou incerteza.** São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2008.

Complementar

FREIRE, Wendel. **Tecnologia e educação: as mídias na prática docente**. Rio de Janeiro: Wak, 2011.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2014.

ROMMEL Melgaço Barbosa. **Ambientes virtuais de aprendizagem**. Porto Alegre: Ed.Artmed, 2005.

SILVA, Marco. **Sala de aula interativa**. Rio de Janeiro: Loyola, 2012.

SOARES, Cláudia Vivien Carvalho de Oliveira. **Intervenção pedagógica do professor em ambientes informatizados de aprendizagem**. Vitória da Conquista/BA: UESB.2010.

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

EMENTA

Conceito, origem e análise crítica da filosofia e educação. Correntes e concepções filosóficas na educação. Formação docente e as questões atuais da Filosofia e Educação.

OBJETIVOS

Identificar o conceito e a origem da filosofia e educação como fundamentos para compreender criticamente a realidade educacional. Estabelecer relações entre filosofia e educação como fundamentos para uma educação crítica e transformadora.

BIBLIOGRAFIA

Básica

ARANHA, M. L. de A. **Filosofia da educação**.3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2002.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. Campinas: Autores Associados, 1996.

Complementar

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GALLO, S. (Coord.). **Ética e cidadania - Caminhos da filosofia**. São Paulo: Papirus, 2003.

KOHAN, W. O. Infância. **Entre educação e filosofia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

SEVERINO, A. J. **Filosofia**. São Paulo: Cortez, 1994.

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

EMENTA

Introdução à Psicologia da Educação: história e conceitos. Caracterização do sujeito da educação nos seus aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores e socioculturais. Relação entre educação, desenvolvimento e aprendizagem. Teorias genéticas, psicanalíticas e sócio antropológicas de desenvolvimento e as suas contribuições à educação. Diferenças individuais e condições de aprendizagem. Motivação e avaliação da aprendizagem.

OBJETIVOS

Conhecera história da Psicologia da Educação e os conceitos empregados. Descrever o sujeito da educação nos seus aspectos cognitivos afetivos, socioculturais e psicomotores. Compreendera relação entre educação, desenvolvimento e aprendizagem. Analisar as teorias genéticas, psicanalíticas e sócio antropológicas e suas contribuições à educação.

BIBLIOGRAFIA

Básica

BOCK, Ana Mercês B; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: Uma Introdução ao Estudo da Psicologia**. 14^a. São Paulo: Saraiva, 2008.

COLL, C.; PALÁCIOS, J.; MARQUESI, **Desenvolvimento Psicológico e Educação: psicologia da educação escolar**. (org). Porto Alegre: Artes Médicas, 2007, v. II.

NUNES, Ana I. B. Lima; SILVEIRA, Rosemary do Nascimento. **Psicologia da aprendizagem: processos, teorias e contextos**. 3^a ed. Brasília: Liber Livro, 2011.

Complementar

CUNHA, Marcus Vinicius da. **Psicologia da Educação**. RJ: DP e A, 2000.

BEE, Helen. **A criança em desenvolvimento**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MOREIRA, M. A. **Teorias de aprendizagem**. São Paulo: EPU, 2003.

SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

EMENTA

Educação como prática social. Capitalismo, sociologia e escola. Teorias sociológicas e suas contribuições para o estudo da escola: positivismo, funcionalismo e marxismo. O papel da escola no processo de socialização e de formação do sujeito. Escola como organização e como instituição social.

OBJETIVOS

Compreender a Sociologia da Educação e sua relação com a prática docente. Perceber a escola como um espaço sócio-cultural. Refletir sobre a função social da educação e do educador na contemporaneidade. Compreender as inter-relações estabelecidas entre sujeito, educação e sociedade nas diferentes teorias da sociologia da educação.

BIBLIOGRAFIA

Básica

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

FREITAG, B. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1986.

KRUPPA, S.M. P. **Sociologia da educação**. São Paulo: Cortez, 11 reimp. 2007.

Complementar

GIDDENS, A. **Capitalismo e moderna teoria social: uma análise das obras de Marx, Durkheim e Max Weber**. Lisboa: Presença, 1990.

MARTINS, Carlos. **O que é sociologia**. São Paulo: Brasiliense, 2002. Coleção Primeiros Passos.

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da educação: introdução ao estudo da escola no processo de transformação social**. 10 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

SACRISTÁN, José Gimeno. **A educação que ainda é possível: ensaios sobre uma cultura para a educação**. Artmed. Porto Alegre, 2007.

WEBER, Max. **Conceitos básicos de sociologia**. São Paulo: Centauro, 2002.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

EMENTA

História da educação e da pedagogia, conceito e caracterização. A história das ideias pedagógicas nos diferentes tempos históricos e suas implicações para a pedagogia hoje. Pensamento pedagógico brasileiro na perspectiva histórica nos diferentes períodos: período pré-colonial (educação indígena), Colonial, Monarquia e República (1889-aos dias atuais).

OBJETIVOS

Estudar as concepções e objetivos da História da Educação e da Pedagogia e sua importância para compreensão da realidade educacional contemporânea no Brasil e também no mundo. Compreender o processo de construção da educação e do ensino brasileiro como produção histórica, resultante do processo histórico da sociedade. Discutir a organização, as tendências e as práticas educativas referentes ao período pré-colonial, colonial, monárquico e republicano, nas diferentes culturas.

BIBLIOGRAFIA

Básica

- ARANHA, Maria Lúcia de A. **História da educação e da pedagogia** – Geral e do Brasil. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

Complementar

- EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. Tradução Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora UNESP, 2005
- FERREIRA Jr., Amarílio. **História da educação brasileira: da Colônia ao século XX**. São Carlos: EdUFSCar, 2010.
- GAUTHIER, Clermont; TARDIF, Maurice. **A Pedagogia: teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.
- NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- VEIGA, Cynthia Greive. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007.

POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

EMENTA

A política educacional no contexto das políticas públicas do Estado brasileiro em cada período histórico. O financiamento da educação no contexto das políticas para a educação. A legislação do ensino na história da educação brasileira e o projeto neoliberal como norteador das reformas educacionais a partir de 1990. Políticas educacionais: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação especial, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, educação de jovens e adultos, educação profissional, diversidade étnico – racial e inclusão educacional.

OBJETIVOS

Discutir a política educacional brasileira no contexto das políticas públicas do Estado, analisando seus aspectos históricos, para identificação das principais mudanças para a escola contemporânea, seus avanços, limites e possibilidades de intervenção. Conhecer a organização e os problemas da educação brasileira de forma contextualizada e crítica. Compreender as políticas em educação no percurso histórico brasileiro discutindo suas implicações no sistema educacional e contexto escolar. Caracterizar o contexto socioeconômico e político, que vem originando as Reformas Educacionais no Brasil. Discutir a organização, a gestão e o financiamento da educação brasileira, identificando as atribuições e competências de cada esfera de governo.

BIBLIOGRAFIA

Básica

ALAVARSE, Ocimar M.; BRAVO, Maria Helena; MACHADO, Cristiane. Avaliações externas e qualidade na educação básica: articulações e tendências. In **Estudos em Avaliação Educacional**. São Paulo, v. 24, n. 54, p. 12-31, 2013.

AMARAL, Nelson Cardoso. **Para Compreender o Financiamento da Educação Básica no Brasil**. Brasília, Liber, 2012.

MOLL, Jaqueline [et al.]. **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012

Complementar

AZEVEDO, Janete Maria Lins. **O Estado, a política e a regulação do setor educacional no Brasil: uma abordagem histórica** In: Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos/ Naura Syria Carapeto Ferreira, Márcia Angela da S. Aguiar (orgs.). São Paulo: Cortez, 2001. – 2.ed. p.17-42

CURY, C. R. J; REIS, M.; ZANARDI, T.A.C. **Base Nacional Comum Curricular. Dilemas e Perspectivas**. Cortez, 2018.

OLIVEIRA, R. L. P. de.; ADRIÃO, T. (Orgs). **Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal**. São Paulo: Xamã, 2002.

OLIVEIRA, R. L. P. de; ADRIÃO, T. **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB**. São Paulo: Xamã, 2002.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2001.

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

EMENTA

Conceitos e paradigmas históricos da Educação Especial e das propostas de Educação Inclusiva, Políticas Públicas para Educação Especial na perspectiva da Inclusão. A educação especial, o ensino regular e o atendimento educacional especializado a partir da política nacional de educação inclusiva. Sujeitos com história de deficiência na educação básica. Fundamentos e recursos pedagógicos para inclusão da pessoa com deficiência.

OBJETIVOS

Conhecer as concepções e tendências nas políticas educacionais para o atendimento da pessoa com deficiência ao longo da história. Identificar diferentes áreas da deficiência e o processo de educação inclusiva. Analisar limites e possibilidades do acesso e permanência da pessoa com deficiência e necessidades educativas especiais nas instituições e programas de educação regular e especial.

BIBLIOGRAFIA

Básica

BAPTISTA, Claudio Roberto e outros (Org.). **Educação especial: diálogo e pluralidade**. Porto Alegre/RS: Mediação, 2010.

MAZZOTA, M. S. **Educação especial no Brasil, história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2011.

PLETSCH, Márcia Denise. **Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual**. Rio de Janeiro: Nau, 2010.

Complementar

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. **A convenção sobre direitos das pessoas com deficiência**. Brasília: CORDE/Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

_____. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CARVALHO, R. E. **A nova LDB e a educação especial**. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

MAZZOTTA, M. J. da S. **Fundamentos de educação especial**. São Paulo: Pioneira, 2013.

EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL E CULTURAL

EMENTA

O processo histórico dos movimentos na construção da diversidade étnico-racial e cultural. Conceitos de raças, etnias, cultura e identidade. Diversidade cultural e interculturalidade. A educação e o currículo multiculturalista. O trabalho pedagógico e a diversidade. A Lei nº.10.639/2003e a História e a Cultura africana e afro-brasileira.

OBJETIVOS

Conhecer o processo histórico da expropriação material e cultural do povo africano na construção do capitalismo. Compreender os conceitos de raças, etnias e identidade cultural. Identificar os conceitos de diversidade cultural e a interculturalidade. Refletir sobre o mito da democracia racial em relação às minorias compostas por grupos étnicos como os negros, índios, asiáticos e europeus. Conhecer a Lei 10.639/2003 e o Parecer 003/2004.

BIBLIOGRAFIA

Básica

BRASIL. Ministério da Educação. SEPP/IR. INEP. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília. 2004.

GUSMÃO, N. M. M. de. (org). **Diversidade cultural e educação: olhares cruzados**. São Paulo: Biruta, 2003.

MEDEIROS, C. **História e Cultura afro-brasileira e africana na escola**. Brasília: Agência Cooperação em Advocacy, 2008.

Complementar

ABRAMOWICZ, A. & GOMES, N. L. G, (orgs). **Educação e raça: perspectivas, políticas, pedagógicas e estéticas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

PANTOJA, S. e ROCHA, M. J. (Orgs). **Rompendo Silêncios: História da África nos Currículos da educação básica**. Brasília: DP Comunicações, 2004.

MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. (orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MUNANGA, K. e GOMES, N. L. **Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos**. São Paulo: Global; Ação Educativa, 2006.

SILVA, T. T. **Da Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais** /Toma. Z Thedeu da Silva (org.), Stuart Hall, Kathryn Woodward. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GRUPO II

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

EMENTA

Conceitos de criança, infância e suas historicidades. Direitos da Criança. Histórico das políticas públicas para a educação infantil no Brasil: concepções, objetivos e funções. A educação infantil pós Constituição Federal de 1988: diretrizes, políticas e programas. Diretrizes internacionais e política nacional de educação infantil no século XXI.

OBJETIVOS

Identificar e discutir o processo de construção das políticas públicas de educação infantil, a partir da evolução histórica das concepções de criança e infância. Compreender as especificidades do processo educativo na Educação Infantil e a articulação do papel docente.

BIBLIOGRAFIA

Básica

ANGOTTI, M. (Org.) **Educação infantil: para quê, para quem e por quê?** Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

FARIA, A. L. G.; MARIA. S. P. (Orgs.) **Educação Infantil Pós - LDB: rumos e desafios.** Campinas: Associados, 1999.

KUHLMANN JR, M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica.** Porto Alegre: Mediação, 1998.

Complementar

ARIÈS, P. **História social da criança e da família.** 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2011.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base.** Brasília: MEC/SEB, 2018.

FREITAS, M. C. (org). **História social da infância no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1997.

Cadernos CEDES, n° 37, Papirus, 1995.

GOMES, M. de O. **Formação de Professores na Educação Infantil.** São Paulo: Cortez, 2009.

(Coleção docência em formação. Série Educação Infantil)

KRAMER, Sonia (Org.). **Profissionais de educação infantil: gestão e formação.** São Paulo: Ática, 2008.

DIDÁTICA

EMENTA

A Didática no contexto da educação: fundamentos histórico-filosóficos, concepções pedagógicas e contribuições para a formação do professor. Dimensões teóricas-práticas dos processos de ensino-aprendizagem, de planejamento e de avaliação educacional. Relações dialéticas do trabalho docente: ensino-pesquisa; conteúdo-forma e professor-aluno.

OBJETIVOS

Compreender os fundamentos da Didática e importância na organização do trabalho pedagógico do professor.

Analisar criticamente os determinantes históricos, políticos e filosóficos que se materializam na prática pedagógica da escola contemporânea.

Analisar a organização do trabalho didático, reconhecendo o planejamento, a avaliação e as relações de trabalho docente com o processo de permanente reflexão e tomada de decisões rumo à qualidade do processo ensino-aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA

Básica

CANDAU, Vera Maria (org). **Didática Crítica Intercultural: aproximações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LIBÂNEO, José C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2011.

LUCKESI, Carlos C. **Avaliação da aprendizagem escolar- componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2011.

Complementar

HERNANDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho**. Trad. Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: ArtMed, 2007.

LELIS, Isabel. E NASCIMENTO, Maria das Graças (orgs). **O Trabalho Docente no Século XXI – Quais Perspectivas? Forma & Ação**. 2011.

CANDAU, Vera Maria (org). **Didática Crítica Intercultural: aproximações**. Petrópolis, RJ: Voes, 2012.

ESTEBAN, Maria Teresa (org.). **Escola, Currículo e Avaliação**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2011.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

EMENTA

Políticas e propostas de Educação Infantil: experiências concretas, bases teóricas metodológicas. A cultura, o currículo e a prática pedagógica. Organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil. Planejamento, registro e avaliação: modelos e finalidades.

OBJETIVOS

Conhecer e aprofundar estudos sobre as diferenças e especificidades da organização do trabalho pedagógico com crianças de zero a cinco anos, respeitando-as como agentes culturais e atores de sua própria educação. Analisar diferentes propostas pedagógicas para Educação Infantil e possibilidades de construção de práticas inovadoras que dialoguem com a criança, com a cultura infantil e a cultura institucional. Analisar os diferentes modelos de registro, planejamento e avaliação de acordo com suas finalidades.

BIBLIOGRAFIA

Básica

ANGOTTI, M. **O trabalho docente na Pré-Escola. Revisitando teorias, descortinando práticas**. São Paulo: Pioneira, 1994.

BARBOSA, C. S. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

KRAMER, S. **Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa para a educação infantil**. São Paulo: Ática, 1997.

Complementar

ABRAMOVICZ, A.; WAJSKOP, G.. **Educação Infantil. Creches. Atividades para crianças de 0 a 6 anos.** São Paulo: Moderna, 1999.

BONDIOLI, A.; MANTOVANI, S. (Orgs.) **Manual de Educação infantil: de 0 a 3 anos - Uma abordagem reflexiva.** Trad. Rosana Severino Di Leone e Alba Olmi. Porto Alegre: Artmed, 1998.

EDWARDS, C.; GANDINI, L.; FORMAM, G. **As cem linguagens da criança.** Porto Alegre, ARTMED, 1999.

HERNÁNDEZ, F.; VENTURA, M. **A organização do currículo por projetos de trabalho: O conhecimento é um caleidoscópio.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.; KISHIMOTO, T. M.; PINAZZA, M. A. (Orgs.). **Pedagogia (s) da Infância dialogando com o passado construindo o futuro.** Porto Alegre: Artmed, 2008.

CULTURA LÚDICA

EMENTA

Jogos e brincadeiras na Educação: evolução histórica e conceitos fundamentais. A criança e a cultura lúdica no seio da cultura geral. Práticas pedagógicas: o jogo e suas relações com aprendizagem, trabalho, mito e religião. Critérios de escolha e classificação dos jogos e brincadeiras.

OBJETIVOS

Discutir conceitos e concepções de jogo, brinquedo e brincadeira e suas variações históricas e culturais. Analisar as relações entre brincar e aprender, lúdico e educação. Analisar Pedagogia se suas práticas quanto ao uso de jogos, brinquedos e brincadeiras. Conhecer critérios de classificação e escolha dos brinquedos, seguindo a lógica dos adultos, das crianças e da materialidade.

BIBLIOGRAFIA

Básica

BROUGÈRE, G. **Brinquedo e cultura.** São Paulo: Cortez,2004.

KISHIMOTO, T. M. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Pioneira,2003.
_____. (org.)**O brincar e suas teorias**. São Paulo: PioneiraThomsonLearning,2008.

Complementar

ARCE, A. **Friedrich Froebel: o pedagogo dos Jardins de Infância**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BROUGÈRE, G. **Brinquedos e companhia**. São Paulo: Cortez,2004.

FRIEDMANN, A. **Brincar: crescer e aprender. O resgate do jogo infantil**. São Paulo: Moderna,1996.

KISHIMOTO, T. M. (Org). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 1996.

WAJSKOP, G. **Brincar na pré-escola**. São Paulo: Cortez,1999.

LITERATURA INFANTIL E CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS

EMENTA

Introdução à Literatura Infantil; A importância das histórias infantis, dos contos e da poesia; Abordagens da Literatura como fonte de formação e informação; Funções e gênero da Literatura Infantil; Linha de interpretação da Literatura Infantil da criança da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Formação de leitores literários.

OBJETIVOS

Compreender a Literatura Infantil como disciplina pedagógica bem como a sua importância no desenvolvimento de habilidades, compreensão do mundo, padrões éticos e estéticos para a criança, inserindo-as no meio em que vivem através das histórias infantis, contos, poesias e dramatizações. Refletir sobre o papel formador da literatura infantil, bem como o desenvolvimento do senso crítico do leitor. Além disso, refletir sobre a prática pedagógica dentro da Literatura infantil, suas possibilidades e caminhos.

BIBLIOGRAFIA

Básica

ABRAMOVICH, F. **Literatura Infantil: gostosuras e bobices**. São Paulo: Scipione, 2006.

CUNHA, M. A. A. **Literatura Infantil: Teoria e prática**. São Paulo: Ática, Moderna, 2000.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil: teoria, análise, didática**. São Paulo: Moderna,

2006.

Complementar

BETTELLHEIM, B. **A psicanálise dos contos de fadas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

CADERMATORI, L. **O que é literatura infantil**. São Paulo: Brasilienses, 1987.

FARIA, Maria Alice. **Como usar a literatura infantil na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2013.

CHICOSKI, Regina. **Literatura Infantil**. Guarapuava: Unicentro, 2010. Disponível em <http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/824/5/Literatura%20Infantil%20-%20Regina%20Chicoski.pdf> > acessado em 20 de julho de 2019.

ZILBERMAN, R. **A literatura infantil na escola**. São Paulo: Global, 2003.

METODOLOGIA DO ENSINO DA ARTE

EMENTA

A arte, a cultura e as linguagens expressivas na escola, na educação infantil e no ensino fundamental: como forma de apropriação do conhecimento social e cultural e exercício da subjetividade e interlocução. O desenvolvimento da criança e a aquisição da capacidade simbólica de representação e interpretação através da linguagem: corporal, teatral, dança e música, desenho, pintura, colagem e modelagem. Aplicação de técnicas e construção de suportes. Manifestações artísticas e expressão da cultura regionais, nacionais e internacionais.

OBJETIVOS

Refletir sobre o papel da arte e das linguagens expressivas na infância. Conhecer o processo de construção dos sistemas de representação infantil relacionando o desenvolvimento da criança e o contexto em que vive. Vivenciar e apreciar manifestações artísticas e culturais, populares e eruditas. Analisar possibilidades e limites para inserção de atividades artísticas, culturais e outras linguagens expressivas em programas e propostas pedagógicas para educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

BIBLIOGRAFIA

Básica

BARBOSA, A. M. **A imagem no ensino da arte**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

DI LEO, J. H. **A interpretação do desenho infantil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2016.

FERREIRA, S. (Org.). **O ensino das artes**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2012.

Complementar

BARBOSA, A. M. **Arte- Educação no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BARBOSA, Ana Mae. **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FERRAZ e FUSARI, Maria Felisminda de Rezende e FERRAZ, Maria Heloísa Toledo. **Arte na educação escolar**. 2.ed. São Paulo, Cortez, 2006.

OSTETTO. L. E. **Arte, infância e formação de professores: Autoria e Transgressão**. Campinas-SP: Papyrus, 2004 (Coleção Ágere).

SIGRIST, Marlei. **Chão batido. A cultura popular de Mato Grosso do Sul: folclore, tradição**. Campo Grande, MS: UFMS, 2000.

METODOLOGIA DO ENSINO DA ALFABETIZAÇÃO

EMENTA

O caráter social e histórico da alfabetização. A atuação do professor alfabetizador na educação escolar. Linguística e alfabetização. Processos cognitivos envolvidos na alfabetização. Processos e domínios dos métodos e estratégias de alfabetização numa perspectiva histórica. Processos de avaliação na alfabetização. Políticas de alfabetização.

OBJETIVOS

Oferecer subsídios teóricos e metodológicos ao professor em formação para a construção das práticas pedagógicas na área de alfabetização que revelem o saber, o saber ser e o saber fazer; analisar o processo de construção dos sistemas de escrita, tendo em vista os aspectos sociais, econômicos, culturais e históricos.

BIBLIOGRAFIA

Básica

FERREIRO, E. **Reflexões sobre a alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2008.

SOARES, M. **Alfabetização: A questão dos métodos**. São Paulo: Contexto, 2016.

VIGOTSKII, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 7. ed. São Paulo: Ícone, 2001.

Complementar

MORAIS, Artur. Gomes de et al. **Alfabetização: apropriação do sistema alfabético**. Recife: CEEL/UFPE, 2008. Disponível em http://www.ufpe.br/ceel/e-books/Alfabetizacao_Livro.pdf

MORTATTI, M. do R. L. **História dos métodos de Alfabetização**. Conferência proferida durante o Seminário "Alfabetização e letramento em debate", promovido pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, realizado em Brasília, em 27/04/2006.

ROJO, Roxane. **Letramentos Múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola, 2009.

SMOLKA, Ana Luiza B. **A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 5.ed. São Paulo: Contexto. 2007.

METODOLOGIA DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

EMENTA

Concepções de língua, linguagem, discurso, texto. Fundamentos linguísticos do ensino da Língua Portuguesa. Fundamentos teórico-metodológicos do processo de conhecimento da língua portuguesa na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Fundamentos teóricos e contribuições da linguística para a alfabetização e letramento. As concepções pedagógicas de alfabetização, letramento, leitura e da escrita. BNCC e Diretrizes Curriculares para o ensino da Língua Portuguesa na Educação Infantil/Anos Iniciais. Metodologias para auxiliar na leitura e produção de textos

OBJETIVOS

Apresentar os principais pressupostos teóricos orientadores da prática de ensino da Língua Portuguesa na Educação Infantil /Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Discutir a língua enquanto fator de poder, interação social e política. Ampliar o conhecimento de mundo do sujeito por meio da linguagem e dos vários signos linguísticos. Habilitar o futuro pedagogo nas práticas linguísticas de alfabetização e letramento.

BIBLIOGRAFIA

Básica

ANTUNES, I. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e Linguística**. São Paulo: Scipione, 1997.

ILARI, R. **A linguística e o ensino da língua portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FARACO, Carlos Alberto. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola, 2016.

Complementar

BAGNO, Marcos. **Objeto língua**. São Paulo: Parábola, 2019.

FÁVERO, L. L. **Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino da língua materna**. São Paulo: Cortez, 2002.

PERINI, Mário A. **Gramática do Português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2010.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas (SP): Mercado de Letras, 1996.

ROJO, R. (Org.) **A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs**. São Paulo: EDU, Campinas: Mercado de Letras, 2000.

METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

EMENTA

Noções fundamentais de ciências sociais na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. Alternativas metodológicas na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. A construção do conceito de espaço e tempo na educação. Diferentes

abordagens do ensino História para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental, seus pressupostos teóricos. Processos de produção e reprodução do espaço social, mediado pelas ações dos seres humanos. Espaço-tempo nas sociedades indígenas.

OBJETIVOS

Refletir sobre fundamentos das ciências sociais para educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Compreender a realidade social, através dos conceitos de espaço, tempo, grupo social e trabalho.

BIBLIOGRAFIA

Básica

PENTEADO, H. D. **Metodologia do ensino de História e Geografia**. São Paulo: Cortez, 15 reimp. 2008.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

GOERGEN, Pedro; SAVIANI, Dermeval (orgs). **Formação de professores: a experiência internacional sob o olhar brasileiro** 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

Complementar

ALMEIDA, R. D. de; PASSINI, E. Y. **O espaço geográfico: ensino e representação**. São Paulo: Contexto, 15ª ed. 8ª reimpressão, 2015.

JAMESON, F. **Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 2000.

PENTEADO, H. D. **Metodologia do Ensino de História e Geografia**. 15. Reimp. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, B. S. **Pela Mão de Alice - O social e o político na pós-modernidade**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS

EMENTA

Saber em ciências naturais; História das Ciências: gênese, desenvolvimento tecnológico e função social. As ações humanas no desenvolvimento da sociedade e a educação ambiental nas relações natureza, ambiente e tecnologia. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Ciências naturais na educação escolar: construção da lógica; pesquisa sobre o desenvolvimento do saber científico na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

OBJETIVOS

Refletir sobre os fundamentos das ciências naturais na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental;

Analisar a interferência do homem na transformação do meio ambiente com vistas ao desenvolvimento sustentável;

Promover a sensibilização e o entendimento da percepção do indivíduo frente às questões ambientais;

Reconhecer o ensino de ciências naturais como uma oportunidade de o aluno tornar-se capaz de construir seus próprios mecanismos de investigação científica;

Analisar a interferência humana no ambiente com base nos fundamentos das ciências naturais.

BIBLIOGRAFIA

Básica

BIZZO, N. **Ciência: fácil ou difícil?** São Paulo: Ática, 2002.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A; PERNAMBUCO, M. M. (Coord.) **Ensino de Ciências: Fundamentos e Métodos.** São Paulo: Cortez, 2009.

KRASILCHIK, M. **O professor e o currículo das ciências.** São Paulo: EdUSP, 1987.

Complementar

ASTOLFI, J. P.; DEVELAY, M. **A didática das ciências.** São Paulo: Papyrus, 1991.

BIZZO, Nelio. **Mais Ciência no Ensino Fundamental: metodologia de ensino em foco.** São Paulo: Ed. do Brasil, 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** 3. versão Brasília, DF: MEC, 2017.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

KRASILCHIK, M. & MARANDINO, M. **Ensino de ciências e cidadania**. São Paulo, SP: Moderna, 2004.

METODOLOGIA DO ENSINO DA MATEMÁTICA

EMENTA

Os processos de ensino-aprendizagem da Matemática na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. O conhecimento físico, social e lógico-matemático da criança da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Metodologias do ensino da Matemática: fundamentos históricos, metodológicos e conceitos fundamentais.

OBJETIVOS

Refletir sobre os processos de ensino-aprendizagem da Matemática na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. Refletir sobre as principais metodologias do ensino da matemática. Analisar situações reais que possibilitem o desenvolvimento de conceitos matemáticos relacionados a Educação Infantil e aos anos iniciais do Ensino Fundamental.

BIBLIOGRAFIA

Básica

BRASIL. **Ministério da Educação, SEF. Referencial Curricular para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

D'AMBRÓSIO, U. **Etnomatemática: Elo entre as tradições e a modernidade**. 6. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2019. (E-book).

Complementar

CARVALHO, D. L. **Metodologia do Ensino de Matemática**. São Paulo: Cortez, 1992.

CARVALHO, João Bosco Pitombeira de. **Matemática: Ensino Fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. p. 31-52. (E-book). Disponível

em:<http://educacaointegral.mec.gov.br/images/pdf/biblioteca/2011_matematica_capa.pdf>.

Acesso em: jun. 2020.

CORSO, Angela Maria; PIETROBON, Sandra Regina Gardacho. **Teoria e metodologia do ensino da matemática**. Paraná: Unicentro, 2012. p. 9-17. (E-book). Disponível em: <<http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/851/5/TEORIA%20E%20METODOLOGIA%20DO%20ENSINO%20DA%20MATEM%C3%81TICA.pdf>>. Acesso em: jun. 2020.

KAMII, C. **Desvendando a aritmética: as implicações da teoria de Piaget**. Campinas: Papirus, 2003.

_____. **A criança e o número**. Campinas: Papirus,

PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DA GESTÃO EDUCACIONAL

EMENTA

Origens da Gestão Escolar e sua construção histórica cultural no Brasil: conceitos, funções e princípios. As diferentes concepções da Gestão escolar. Contextualização teórica e tendências atuais da Gestão Escolar. O projeto político pedagógico, o regimento escolar, o plano de direção, planejamento participativo e órgãos colegiados da escola frente a gestão escolar. Planejamento, organização, liderança, avaliação e promoção de parcerias na comunidade escolar. Fundamentos da gestão democrática e participativa dos sistemas de ensino e das escolas. Conhecimento da elaboração, aprovação e financiamento de projetos educacionais pelos órgãos governamentais e por agências internacionais.

OBJETIVOS

Conhecer as origens da Gestão escolar e sua construção histórica cultural no Brasil: conceitos, funções e princípios. Contextualizar a teorias e tendências atuais da Gestão Escolar. Entender a importância dos documentos como: projeto político pedagógico, o regimento escolar, o plano de direção, planejamento participativo e órgãos colegiados da escola frente a gestão escolar. Compreender os processos: planejamento, organização, liderança, avaliação e promoção de parcerias na comunidade escolar. Identificar e refletir sobre os fundamentos da gestão

democrática e participativa dos sistemas de ensino e das escolas. Conhecer a elaboração, a aprovação e o financiamento de projetos educacionais pelos órgãos governamentais e por agências internacionais.

BIBLIOGRAFIA

Básica

LUCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar**. Petrópolis: Vozes, 2014.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2010.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. Campinas, SP: Papyrus, 2014.

Complementar

ANDREOTTI, Azilde L.; LOMBARDI, José Claudinei; MINTO, Lalo Watanabe (org). **Histórico da administração escolar no Brasil do diretor ao gestor**. Campinas, SP: Átomo E Alínea, 2013.

LIBANEO, Jose Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. São Paulo: Heccus, 2013.

FERREIRA Naura S. Carapeto (Orgs). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortêz, 2013.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. Petrópolis: Vozes, 2013.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício do poder**. São Paulo: Cortez, 2010

FUNDAMENTOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

EMENTA

As principais tradições históricas no processo de aprendizagem e desenvolvimento do jovem, adulto e idoso. O “empoderamento” (conceito e dimensão) na perspectiva de “emancipação do sujeito” (O Pensamento Freireano), Os Movimentos de Educação Popular como ferramenta

de acesso ao conhecimento e saberes historicamente produzidos pelas diferentes culturas, numa proposta reflexiva pós-estruturalista/pós-colonial/de colonial.

OBJETIVOS

Compreender os processos de (in)exclusão que levam/levaram o jovem, o adulto, o idoso à margem dos processos educacionais e formativos; perceber as influências político-econômicas, culturais e as relações com o mundo do trabalho como elementos presentes nos processos de (in)exclusão; Conhecer e identificar a legitimidade dos Movimentos de Educação Popular como instrumentos importantes nos processos de formação do sujeito em ambientes de educação formal e não formal; manter sob tensão os conceitos historicamente ressignificados numa abordagem que mantenha sob tensão permanente as verdades absolutizadas no decurso histórico dos processos de colonização de saber/poder.

BIBLIOGRAFIA

Básica

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 17ª ed. – Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

OSORIO, Agustín Requejo. Educação permanente e educação de adultos. Porto Alegre, Instituto Piaget, 2005.

RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). Letramento no Brasil. São Paulo: Editora Global, 2013.

Complementar

DANYLUK, S. O. Educação de adultos: ampliando horizontes de conhecimento. Porto Alegre, Editora Sulina, 2001.

FINGER, M., ASÚN, J. M. A Educação de adultos numa encruzilhada: aprender a nossa saída. Porto – Portugal: Porto Editora, 2003.

FLEURI, R. M. (Org.) Intercultura: estudos emergentes. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.

FREIRE, P. Pedagogia do compromisso: América Latina e Educação Popular. Ana Maria de A. Freire (Org.). 1ª ed. – Indaiatuba, São Paulo: Villa das Letras, 2008. (coleção Dizer a Palavra, v. 02)

SILVA, T. T. da (org.) Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011 – (Coleção Estudos Culturais em Educação)

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

EMENTA

A educação escolar indígena e seus fundamentos. Análise crítica do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Constituição do Currículo e o debate da formação do professor indígena.

OBJETIVOS

Conhecer o processo histórico da expropriação material e cultural das nações indígenas, ao longo do processo colonizador. Conhecer a educação escolar indígena e seus fundamentos, a evolução do debate do movimento dos professores no Brasil e em Mato Grosso do Sul, bem como as contribuições do conceito de interculturalidade para a educação.

BIBLIOGRAFIA

Básica

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC/SEF,1998.

SILVA, A. L.; MACEDO, A. V. L. S; NUNES, A. (org) **Crianças indígenas. Ensaios Antropológicos**. São Paulo: Global, 2002. (Série Antropologia educação Complementar).

BRITO, S. H. A. de. **Escola e movimento indigenista no Brasil: da educação alternativa para o índio à educação indígena (1970-1994)**. Campo Grande: Programa de Pós-Graduação em Educação–Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Dissertação de Mestrado.1995.

Complementar

BITTAR, M.; LOPES, M.C.P.; NASCIMENTO. A. (Orgs). **Relações Interculturais no contexto de inclusão**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2012. – (Série Educação Geral Educação Superior e formação continuada do educador).

CARVALHO, I. M. **Professor indígena: um educador do índio ou um índio educador**. Campo Grande: UCDB, 1998.

HERNANDEZ, I. **Educação e Sociedade Indígena: uma aplicação bilíngue do método Paulo Freire**. São Paulo: Cortez,1988.

LACERDA, L.T. **Educação, cultura e tradição: contribuições teóricas ao debate sobre educação escolar indígena em Mato Grosso do Sul, Brasil**. Campo Grande, MS: UCDB,2006.

MELIÁ, Bartomeu. Bilinguismo e escrita, *In*: D'ANGELIS, Wilmar e VEIGA, Juracilda (orgs.). **Leitura e escrita em escolas indígenas**. Campinas: ALB/Mercado de Letras, 1997b, pp. 89-104.

TEORIA E PRÁTICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

EMENTA

A política de educação inclusiva. Alunos com deficiência, Transtorno Globais do Desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação. O processo de escolarização da pessoa com deficiência. Tecnologias assistivas. O Atendimento Educacional Especializado. Formação de professores.

OBJETIVOS

Reconhecer desafios e contribuições da política educacional para a educação inclusiva.

Explorar estratégias voltadas para a formação de professores na perspectiva da inclusão de pessoas com deficiência.

Instrumentalizar por meio de conhecimentos teóricos e metodológicos, para o trabalho pedagógico com as diferenças, objetivando a adoção de uma prática inclusiva de ações intencionais e éticas, vislumbrando a permanência do educando com deficiência, com Transtorno Globais do Desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação no espaço escolar com qualidade e acesso ao conhecimento.

Identificar os serviços, recursos, estratégias e metodologias de Tecnologia Assistiva que ampliam as habilidades funcionais de estudantes com deficiência.

BIBLIOGRAFIA

Básica

BERSCH, Rita. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre: CEDI, 2008. Disponível em: http://200.145.183.230/TA/4ed/material_apoio/modulo2/M2S1A5_introducao_TA_Rita_Bersch.pdf. Acesso em 16 de abril de 2012.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de (Org.). **Escola, diferença e inclusão**. Fortaleza: Edições UFC,

2010.

ROPOLI, Edilene Aparecida et al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2010.

Complementar

BAPTISTA, Claudio Roberto (Org.). **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas.** Porto Alegre/RS: Mediação, 2019.

BAPTISTA, Claudio Roberto; BOSA, Cleonice & COLS. **Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção.** Porto Alegre: Editora Penso, 2011.

COLL, C.; PALACIOS, J. MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar.** Tradução por Marcos A. G. Domingues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia (Org.). **Das margens ao centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva.** Araraquara-SP: Junqueira & Marin Editores, 2010.

CURRÍCULO

EMENTA

Transformações sociais e modelos subjacentes de currículo. Teorias do currículo: tradicional, Teoria crítica e Pós crítica. O campo do currículo no Brasil. Conceito e elementos estruturantes do currículo. A construção e a implementação dos currículos: instâncias de participação. A formulação do currículo no âmbito da federação: contribuição dos estados, municípios e da Base Comum Curricular (BNCC).

BIBLIOGRAFIA

Básica

MOREIRA, A.F.B. e SILVA, T.T. (orgs). **Currículo, cultura e sociedade.** 10 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LOPES, Alice Casimiro e MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, T.T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

Complementar

HERNÁNDEZ, F. e VENTURA, M. **A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio**. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998

MOREIRA, A.F.B. e GARCIA, Regina Leite (org) **Currículos na Contemporaneidade: incertezas e desafios**. São Paulo: Cortez, 2018.

GOODSON, Ivor. F. **As políticas de currículo e de escolarização**. Petropolis : Vozes, 2008.

APPLE, M.W.; COSTA, M.V. (Orgs). **Escola básica na virada do século: cultura, política e currículo**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ARROYO, Miguel G. **Currículo: Território em Disputa**. Petrópolis: Vozes, 201

PESQUISA EM EDUCAÇÃO I

EMENTA

Estrutura e redação de trabalhos científicos. Orientações sobre a elaboração do Pré-projeto de TCC: definição do tema, problematização, levantamento de hipóteses, seleção e organização das fontes da pesquisa. Escrita do projeto de Pré-projeto de pesquisa. Definição de orientadores para a elaboração do TCC.

OBJETIVOS

Desenvolver habilidades para a definição do tema e linha de pesquisa. Desenvolver o conhecimento científico: a teoria e prática. Desenvolver estudos sobre a importância do trato com as fontes. Desenvolver habilidade para a escrita do Pré-projeto de pesquisa tendo em vista a elaboração do trabalho de conclusão de curso (TCC).

BIBLIOGRAFIA

Básica

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artemed, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

Complementar

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. Norma Brasileira ABNT NBR 15287: 2005. **Informação e documentação-projeto de pesquisa– Apresentação**. Rio de Janeiro, ABNT, 2005.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

DEMO, P. **Introdução à pesquisa da ciência**. São Paulo: Atlas, 1983.

SEVERINO, A. J. **Ensino e pesquisa na docência universitária: caminhos para a integração**. Cadernos Pedagogia Universitária USP. São Paulo, 2008.

VIEIRA, Sônia. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009

PESQUISA EM EDUCAÇÃO II

EMENTA

Estrutura e redação de trabalhos científicos: artigo, relato de experiências, portfólios. Seleção e organização das fontes da pesquisa. Análise e interpretação dos dados. Desenvolvimento do projeto de pesquisa. Planejamento e orientações sobre elaboração do TCC.

OBJETIVOS

Desenvolver o conhecimento científico: a teoria e prática. Realizar o trabalho de campo e bibliográfico necessário à pesquisa. Desenvolver estudos sobre a importância do trato com as

fontes. Acompanhar o desenvolvimento da pesquisa tendo em vista a elaboração do trabalho de conclusão de curso (TCC).

BIBLIOGRAFIA

Básica

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artemed, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

Complementar

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10719: **Apresentação de relatório técnico-científico**. Rio de Janeiro, 1989.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995. DEMO, P. **Introdução à pesquisa da ciência**. São Paulo: Atlas, 1983.

SEVERINO, A. J. **Ensino e pesquisa na docência universitária: caminhos para a integração**. Cadernos Pedagogia Universitária USP. São Paulo, 2008.

VIEIRA, Sônia. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009.

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, DIVERSIDADE E CIDADANIA

EMENTA

Cidadania e a constituição de direitos civis, políticos e sociais. Educação, direitos humanos e formação para a cidadania. Políticas públicas sobre educação em direitos humanos. Movimentos sociais no Brasil: operário, feminino, ambientalista, contracultura, indígena, negro, GLBT terra e direitos humanos. Movimentos sociais e educação. Sociedade, violência e construção de uma cultura de paz na formação de sujeitos de direitos.

OBJETIVOS

Analisar os fundamentos e concepções de cidadania, democracia, direitos humanos e movimentos sociais. Compreender o processo de constituição de direitos e sua relação com a construção da cidadania no Brasil. Discutir crítica e argumentativamente sobre as políticas públicas de educação em direitos humanos. Refletir sobre a educação voltada aos Direitos Humanos e sua relação com os diferentes movimentos sociais. Contribuir para a redução da violência escolar a partir da construção de uma cultura de paz e de valorização das diferenças.

BIBLIOGRAFIA

Básica

CANDAU, Vera Maria; ANDRADE, Marcelo; SACAVINO, Susana et al. **Educação em direitos humanos e formação de professores/as**. São Paulo: Cortez, 2013.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SCHILLING, Flávia (Org.). **Direitos humanos e educação: outras palavras, outras práticas**. São Paulo: Cortez, 2011.

Complementar

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em direitos humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, 2003.

CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (Org.). **Educação em Direitos Humanos: temas, questões e propostas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2008.

CANDAU, Vera Maria et al. **Oficinas pedagógicas de direitos humanos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. São Paulo: Civilização brasileira, 2009.

URQUIZA, Antonio Hilário Aguilera (Org.). **Formação de educadores em direitos humanos**. Campo Grande: UFMS, 2014.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)

EMENTA

A deficiência auditiva e a surdez. Fundamentos históricos, filosóficos e legais da educação do surdo e sua cultura. Abordagens metodológicas na educação do surdo: oralismo, comunicação total e bilingüismo. A estrutura da Língua Brasileira de Sinais básicos. Serviços de Apoio para atendimento das pessoas com surdez e a mediação do intérprete.

OBJETIVOS

Compreender os fundamentos históricos, filosóficos, antropológicos, linguísticos e legais envolvidos no processo sociocultural e educacional da pessoa com surdez e apropriar-se de conhecimentos básicos relativos à LIBRAS e aos serviços de apoio especializado.

BIBLIOGRAFIA

Básica

- DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento educacional especializado–pessoa com surdez.** Brasília, DF; SEESP/SEED/ME2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_da.pdf> Acesso em: 15/10/2009.
- FERNANDES, Eulália. **Surdez e bilingüismo.** Porto Alegre: Mediação,2004.
- QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, L. B. (col.). **Língua de sinais brasileira, estudos linguísticos.** Porto Alegre: Artmed,2004.
- QUADROS, R. M. de. Secretaria de Educação Especial. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa.** Brasília, DF: MEC; 2004

Complementar

- VILHALVA, Shirley. **O Despertar do Silêncio.** Rio de Janeiro: Arara Azul.2012.
- COPAVILLA, Fernando César; RAFHAEL, Walkiri Duarte. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue de língua brasileira.** São: EDUSP,2001.1e 2 v.
- STROBEL, K.L; DIAS,S .M .da S.(org) **A Surdez:** abordagem geral. Curitiba: FENEIS, 1995.
- SKLIAR, Carlos (org). **A Surdez:** um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1995.
- GESUELI, Z.; KAUCHARKJE, S.; SILVA, I. **Cidadania, surdez e linguagem:** desafios

realidades. São Paulo: Plexus Editora, 2003.

GRUPO III

ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

EMENTA

Planejamento, execução e avaliação de atividades pedagógicas em Educação Infantil, articulando teoria para instrumentalização da práxis docente, entendendo-a como transformação da realidade, envolvendo o trabalho docente do professor-aluno e o Projeto Pedagógico de sua escola.

OBJETIVOS

Oportunizar o aproveitamento do trabalho docente realizado pelo professor-aluno mediante o conhecimento e reflexão da realidade escolar, do projeto pedagógico da instituição educacional e dos pressupostos teóricos envolvidos. Refletir sobre o planejamento, execução e avaliação da prática pedagógica em todas as suas fases, reorganizando sua práxis docente.

BIBLIOGRAFIA

Básica

OSTETTO, L. E. **Encontros e encantamentos na Educação Infantil: partilhando experiências de estágios**. Campinas, SP: Papirus, 2002.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

SOUZA, R. C. de; BORGES, M. F. S. T. (org.). **A práxis da formação de educadores infantis**. Rio de Janeiro. DP&A. 2002.

Complementar

BASSEDAS, E.; HUGUET, T.; SOLÉ, I. **Aprender e ensinar na educação infantil**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999

HOFFMANN, J. **Avaliação na Pré-Escola. Um olhar reflexivo sobre a criança**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

OLIVEIRA, Z. R. de O. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

PINTO, M.; SARMENTO, M. J. (Orgs). **As crianças: contextos e identidades**. Portugal: Bezerra, 1997.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C. (et al). **Os fazeres na Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2003.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

EMENTA

Planejamento, execução e avaliação de atividades pedagógicas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, articulando teoria e prática no cotidiano escolar. Trabalho docente do professor – aluno e do Projeto Pedagógico de sua escola.

OBJETIVOS

Compreender e favorecer uma discussão crítica da teoria e da atividade Pedagógica nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Vivenciar e analisar o trabalho docente na realidade escolar. Refletir sobre o planejamento, execução e avaliação da prática pedagógica em todas as suas fases, articulando teoria e prática.

BIBLIOGRAFIA

Básica

BRASIL. **Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília, DF: MEC/SEB,2007.

PICONEZ, S. C. B. **O Estágio na Formação de Professores**. São Paulo: Cortez,1996.

PIMENTA, S. G. (org.). **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez,2004.

Complementar

ALVES, N. (Org). **Formação de professores: pensar e fazer**. São Paulo: Cortez,1996.

CUNHA, M. I. **O Bom Professore sua Prática**. São Paulo: Papyrus,1998.

DEMO, P. **ABC – Iniciação à competência reconstrutiva do professor básico**. Campinas, SP: Papyrus,1995.

ESTEBAN, M.T. &ZACCUR, E. (Orgs.) **Professora Pesquisadora: uma práxis em**

construção. Rio de Janeiro: DP&A,2002.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar.** São Paulo: Cortez,1998.

14. REFERÊNCIAS CONSULTADAS E CITADAS PARA A ELABORAÇÃO DO PPCG

14.1 Legislação Geral

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996.

14.2 Criação, Credenciamento, Estatuto, Regimento Geral e Plano de Desenvolvimento Institucional da UEMS

a) Decreto Estadual nº. 7.585, de 22 de dezembro de 1993. Institui sob a forma de fundação, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

b) Deliberação nº. 4.787, de 20 de agosto de 1997. Concede o credenciamento, por cinco anos, à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

c) Deliberação CEE/MS nº 9943, de 12 de dezembro de 2012. Recredencia a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, sediada em Dourados, MS, pelo prazo de seis anos, de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2018.

d) Deliberação CEE/MS n. 11.852, de 02 de dezembro de 2019, que prorroga o prazo de vigência da Deliberação CEE/MS n. 9.943, de 19 de dezembro de 2012, que recredencia a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, até dia 31/12/2020.

e) Decreto nº. 9.337, de 14 de janeiro de 1999. Aprova o Estatuto da Fundação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

f) Resolução COUNI-UEMS nº. 227 de 29 de novembro de 2002. Edita o Regimento Geral da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

g) Resolução COUNI-UEMS Nº 438, de 11 de junho de 2014. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, para o período de 2014 a 2018.

h) Resolução COUNI-UEMS nº 565, de 6 de dezembro de 2019. Ampliar o período da vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Estadual de Mato

Grosso do Sul, aprovado por meio da Resolução COUNI-UEMS n. 438, de 11 de junho de 2014, para 31 de dezembro de 2020.

14.3 Legislação Federal sobre os cursos de Graduação, Licenciatura

- a) Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro 2005. Regulamenta a Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000 que inclui LIBRAS como Disciplina Curricular.
- b) Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o Estágio de estudantes e dá outras providências.
- c) Portaria MEC nº 1.134, de 10 de outubro de 2016. Revoga a Portaria MEC 4.059, de 10 de dezembro de 2004 e estabelece nova redação para o tema.
- d) Parecer CNE/CP nº. 003, de 10 de março de 2004 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- e) Resolução CNE/CP Nº. 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- f) Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.
- g) Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação ambiental.
- h) Parecer CNE/CP nº 8, de 6 de março de 2012 – Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- i) Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- j) Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

14.4 Atos legais inerentes aos Cursos de Graduação da UEMS

- a) Parecer CNE/CES nº. 067, de 11 de março de 2003. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para todos os Cursos de Graduação.
- b) Parecer CES/CNE nº. 261/2006, 9 de novembro de 2006. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências.
- c) Resolução nº. 3, de 2 de julho de 2007. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências.
- d) Resolução CEPE-UEMS nº 455, de 06 de outubro de 2004. Homologa a Deliberação CE-CEPE-UEMS nº 057, de 20 de abril de 2004, que aprova as normas para utilização de laboratórios na UEMS.
- e) Resolução CEPE-UEMS nº. 1.238, de 24 de outubro de 2012. Aprova o Regulamento do Comitê Docente Estruturante para os cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
- f) Resolução CEPE-UEMS nº 1.569, de 19 de outubro de 2015. Altera a Resolução nº 1.238, do CEPE-UEMS, de 24 de outubro de 2012, que aprova o Regulamento do Comitê Docente Estruturante para os Cursos de Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. 2015.
- g) Instrução Normativa PROE-UEMS nº 07, de 8 de abril de 2004 - dispõe sobre as Diretrizes para elaboração de Relatórios de Autoavaliação dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
- h) Resolução CEPE-UEMS Nº 1.864, de 21 de junho de 2017. Homologa, com alteração, a Deliberação nº 267, da Câmara de Ensino, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de 29 de novembro de 2016, que aprova o Regimento Interno dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
- i) Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 289, da Câmara de Ensino, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de 30 de outubro de 2018, que aprova o Regulamento Geral dos Estágios Curriculares Supervisionados dos Cursos de Graduação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. 2019.

- j) Resolução CEPE-UEMS nº 2.071, de 27 de junho de 2019. Homologa, com alteração, a Deliberação nº 289, da Câmara de Ensino, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de 30 de outubro de 2018, que aprova o Regulamento Geral dos Estágios Curriculares Supervisionados dos Cursos de Graduação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. 2019.
- k) Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 268, de 29 de novembro de 2016, aprova normas para elaboração, adequação e reformulação de projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
- l) Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 304, de 30 de abril de 2020, altera a Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 268, de 29 de novembro de 2016, homologada pela Resolução CEPE n. 1.865, de 21 junho de 2017, que aprova as normas para elaboração, adequação e reformulação de projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UEMS.
- m) Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 309, de 30 de abril de 2020, aprova o Regulamento para creditação das atividades acadêmicas de extensão e cultura universitária nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
- n) Instrução Normativa Conjunta PROE-PROEC/UEMS N. 1, DE 21 DE AGOSTO DE 2020. Regulamenta a Deliberação CE/CEPE-UEMS Nº 309, de 30 de abril de 2020 acerca da adequação dos projetos pedagógicos para creditação da extensão nos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
- o) Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 310, de 30 de abril de 2020. Aprova o Regulamento para a elaboração, execução e controle das Atividades Complementares de Ensino da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.
- p) Deliberação CE/CEPE-UEMS nº 312, de 30 de abril de 2020, Dispõe sobre a educação de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação regularmente matriculadas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.